

SIMULAÇÕES ONU:

**ABERTURA DE POSSIBILIDADES
NO CAMPO EDUCACIONAL**



**Sávio Pulcheira Rangel
Larissa Ferreira Rodrigues Gomes**

Sávio Pulcheira Rangel
Larissa Ferreira Rodrigues Gomes

SIMULAÇÕES ONU:

ABERTURA DE POSSIBILIDADES
NO CAMPO EDUCACIONAL



VITÓRIA
2026



Programa de Pós-Graduação
Profissional em Educação - UFES





Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

R196s Rangel, Sávio Pulcheira, 1985-
Simulações ONU: Abertura de possibilidades no Campo Educacional : Abertura de possibilidades no Campo Educacional / Sávio Pulcheira Rangel. - 2026.
96 p. : il.

Orientadora: Larissa Rodrigues Ferreira Gomes.
Produto Técnico-Tecnológico (Desenvolvimento de Material didático e instrucional) (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Educação.

Simulações ONU e Currículos escolares.. 2. Subjetividades Juvenis e o capitalismo atual.. 3. Reverberações na subjetividade para além do BNCC.. 4. Práticas de debates e simulações da ONU estudantis.. I. Gomes, Larissa Rodrigues Ferreira. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Educação. III. Título.

CDU: 37



**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO – PPGPE**

Universidade Federal do Espírito Santo - UFES
Av. Fernando Ferrari, 514 – Goiabeiras - Vitória - ES
CEP: 29075-073

COMISSÃO CIENTÍFICA

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

DIAGRAMAÇÃO/ILUSTRAÇÃO

Aline Antonio

PRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO

PPGPE / UFES

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO - UFES

EUSTÁQUIO VINÍCIUS DE CASTRO

Reitor

SONIA LOPES VICTOR

Vice-Reitora

VALDEMAR LACERDA JÚNIOR

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

REGINALDO CÉLIO SOBRINHO

Diretor do Centro de Educação

SILVANA VENTORIM

Vice-Diretor do Centro de Educação

ALEXANDRO BRAGA VIEIRA

*Coordenador do Programa de
Pós-Graduação Profissional
de Educação - PPGPE*

RENATA DUARTE SIMÕES

*Coordenadora Adjunta do Programa de
Pós-Graduação Profissional
de Educação - PPGPE*



DESCRIÇÃO TÉCNICA DO PRODUTO

Autoria: Sávio Pulcheira Rangel (Discente); Larissa Ferreira Rodrigues Gomes (Orientadora).

Nível de Ensino a que se destina o produto: Educação Básica.

Área de Conhecimento: Educação

Público-alvo: Professores da Educação Básica que atuam nos últimos anos Ensino fundamental 2 e Ensino Médio

Categoria desse produto: Caderno educacional.

Finalidade: Fortalecer e ampliar as discussões, sobre o uso das Simulações ONU dentro das práticas curriculares. Contribuindo, assim, para a uma troca de experiências entre docentes, estudantes participantes do projeto em suas múltiplas funções ocupadas. Promover experiências educativas no campo das ciências humanas, geopolítica e política sob a perspectiva de debates democráticos, singularização e multiplicidades. Servindo de inspiração para educadores, gestores educacionais, docentes e para a sociedade como um todo a fim de reconhecer e valorizar forças iminentes que se disseminam do encontro das juventudes.



Organização do Produto: O produto foi organizado como um caderno educacional com sugestões e apresentação de experiências a partir das cartografias tecidas nas realizações do projeto Simulação Internacional Marista (SIM) na Escola Marista Champagnat Terra Vermelha (EMCTV) entre os anos de 2022 a 2025. As experiências foram construídas dentro de práticas educativas rizomaticas, que favorecem um sistema a-centrado e não hierárquico, para tornar a realidade um devir artística e criadora.

Registro de propriedade intelectual: Ficha catalográfica emitida pela Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo.

Disponibilidade: Irrestrita, mantendo-se o respeito à autoria do produto, não sendo permitido uso comercial por terceiros.

Divulgação: Digital e/ou impresso.

URL: Página do PPGPE: www.educacao.ufes.br

Processo de Validação: Validado na banca de defesa da dissertação.

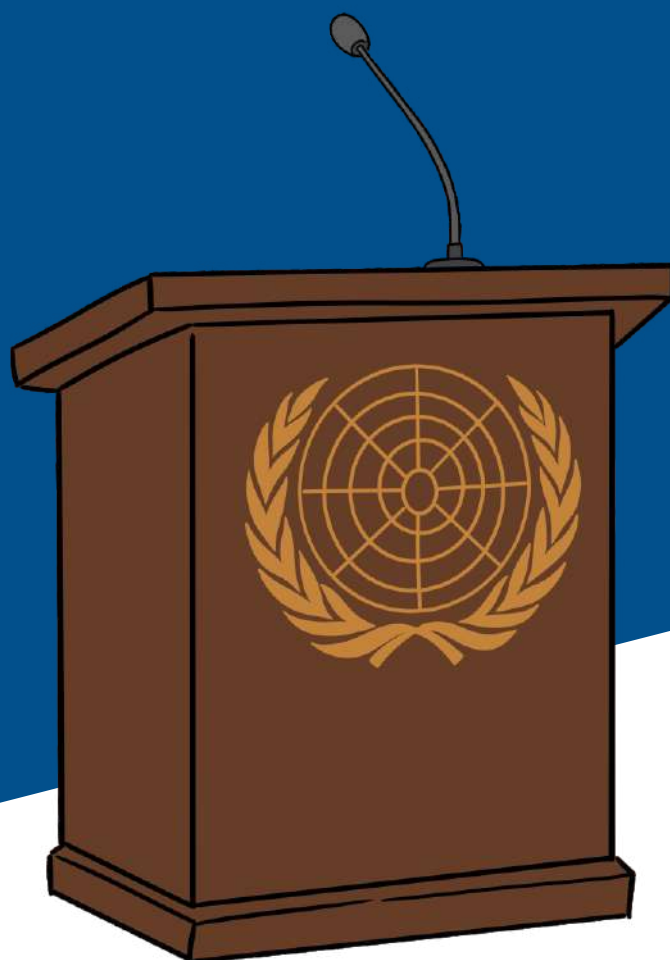
Processo de Aplicação: Aplicado como um projeto educacional Escola Marista Champagnat Terra Vermelha (EMCTV), e esse material será disponibilizado aos gestores, de maneira a encaminharem aos professores onde a pesquisa foi realizada, aos estudantes e a todos interessados a experimentar práticas rizomaticas imanentes juvenis.

Impacto: Alto. Produto elaborado a partir das necessidades dos professores da educação básica, com o objetivo de fortalecer e ampliar as discussões sobre o uso das Simulações ONU dentro das práticas curriculares.

Inovação: Alto teor inovativo. O produto apresenta dados que até a realização da presente pesquisa não tinham sido catalogados em outro material pedagógico dos sistemas de ensino local.

Origem do Produto: Dissertação intitulada “Simulações ONU e os currículos de escolas do ensino médio do espírito santo: reverberações nas subjetividades juvenis”.

Este trabalho é fruto de um esforço coletivo!
Nossa eterna gratidão aos estudantes-
delegados, estudantes-imprensa,
estudantes-palestrantes e estudantes-
diretores, a todos os professores e a todos os
profissionais da Educação do Estado do
Espírito Santo.



SOBRE OS AUTORES

Sávio Pulcheira Rangel

Mestrando pelo Programa de Mestrado Profissional em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, linha de pesquisa de Docência e Gestão de Processos Educativos. Área de concentração: Currículos, cartografias, subjetividades juvenis e simulação ONU. Possui graduação em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Espírito Santo – UFES. Atualmente é professor efetivo da Secretária de Educação do Estado do Espírito Santo, na cadeira de História. Atua também na rede particular de ensino na Escola Marista Champagnat Terra Vermelha – Vila Velha-ES. Tem experiência como professor de educação básica, atuando no Ensino Fundamental II e Ensino Médio na rede pública e particular desde 2008. Membro do grupo de pesquisa do CNPQ “Subjetiv-Ações na educação básica” coordenado pela professora Dr.^a Larissa Ferreira Rodrigues Gomes (UFES).



Larissa Ferreira Rodrigues Gomes

Doutora em Educação (Universidade Federal do Espírito Santo/UFES), Mestre em Educação (Universidade Federal do Espírito Santo/UFES) na linha de pesquisa "Cultura,

currículo e formação de educadores". Possui Licenciatura Plena em Educação Física (Universidade Federal do Espírito Santo/UFES) e Licenciatura em Pedagogia (ISEAT). Atualmente é professora da Educação Básica Técnica e Tecnológica na Universidade Federal do Espírito Santo, no Colégio de Aplicação Infantil Criarte/Ufes e professora do Programa de Pós Graduação de Mestrado Profissional em Educação (PPGPE/UFES). Coordenadora do grupo de pesquisa do "CICLOS, Grupo de pesquisa em currículos e interações colaborativas na educação básica e no ensino superior". E também coordenadora do grupo de pesquisa do CNPQ "Subjetiv-Ações na educação básica".



SUMÁRIO



APRESENTAÇÃO.....11

Cartografia da Simulação Internacional Marista (SIM) e novos agenciamentos para os currículos escolares.....15

1ª Experimentação:
O que é ONU?20

2ª Experimentação:
O que é Simulações da ONU?.....27

3ª Experimentação:
A seleção de temas dos comitês de Simulação e as escolhas dos comitês pelos participantes.....39

4ª Experimentação:
Vamos definir as regras para serem adotadas nos debates dos comitês de Simulação.....46

5ª Experimentação:
Preparação do Guia de Estudos e Dossiês.....54

6ª Experimentação:
Preparação para o evento de Simulação ONU.....62

7ª Experimentação:
Montagem e realização do evento.....69

CONSIDERAÇÕES DE UM PRODUTO EDUCACIONAL.....82

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:.....84

ANEXOS.....88

APRESENTAÇÃO

Este caderno pedagógico constitui-se como um produto educacional derivado das experiências cartografadas junto a docentes e discentes da Escola Marista Champagnat Terra Vermelha (EMCTV), no âmbito do projeto Simulação Internacional Marista (SIM), com estudantes do Ensino Médio. A obra é fruto da dissertação de mestrado intitulada “**Simulações**

ONU e os currículos de escolas do ensino médio do Espírito Santo: reverberações nas subjetividades juvenis”. Sua intencionalidade

reside em fortalecer o agenciamento e a composição de ações que desencadeiem, nos participantes, fluxos de subjetivação capazes de romper com as linhas de captura e os dispositivos de controle da educação tradicional. O material visa fomentar agenciamentos que estimulem uma educação rizomática¹, a-centrada e não hierárquica, privilegiando a



1. Em *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia vol. 1*, Deleuze e Guattari (2024a) concebem o rizoma como um modelo de pensamento não hierárquico, que se opõe a uma lógica tradicional de árvore e raiz. A realidade seria afetada por um vasto conjunto de agenciamentos abstratos de fluxos múltiplos que operam dentro e fora dos estratos sociais e físicos. São fluxos que se conectam em todas as direções sem um centro organizador, o que abre possibilidades para fugas, processos de desterritorialização e territorialização, em um mapa de amplas dimensões. Como máquina de guerra contra estruturas estamentais opressivas, o rizoma abre o caminho para devires do desejos.

produção de singularidades e o devir inventivo em meio às fissuras do currículo prescrito.

O caderno pedagógico propõe a realização em escolas de ensino básico, anos finais do ensino fundamental II (9º anos) e turmas do ensino médio, um projeto que envolvem os estudantes em atividades diplomáticas e debates temáticos. São na promoção desses eventos que seus participantes simulam posicionamentos de países, instituições ou personalidades para buscar soluções para problemas globais, regionais ou locais por meio da negociação e do consenso.

A proposta orienta-se pela abertura de possíveis na intervenção educativa, fomentando uma composição aprendente estabelecida entre e com discentes e docentes. Afirma-se não como um modelo prescritivo a ser replicado, mas como o delineamento de uma estilística ética, estética e poética voltada aos processos de subjetivação na adolescência. Nessa perspectiva, a prática pedagógica é compreendida como um campo de experimentação que respeita a singularidade e a potência inventiva dos jovens, privilegiando a criação de territórios existenciais em detrimento de currículos normatizados.

A metodologia fundamenta-se em uma cartografia de pesquisa inspirada em Kastrup (2020), orientada a acompanhar e habitar os processos em curso. Distanciando-se de métodos tradicionais que buscam respostas definitivas ou verdades universais, a cartografia prioriza o registro do movimento e das composições que emergem durante o percurso investigativo. Trata-se de um método que não se impõe externamente à realidade, mas que se constitui imanentemente ao processo de pesquisa. Essa abordagem permite compreender os processos de subjetivação dos participantes sem reduzi-los a identidades fixas, focando, em vez disso, no devir e nas transformações que se processam no 'vir-a-ser'.

A sistematização das experiências cartografadas entre 2022 e 2025 permitiu identificar agenciamentos potentes que emergem no *intermezzo* — o entre-linhas onde se produzem fissuras que expõem, simultaneamente, o biopoder e a biopotência. Sob uma perspectiva foucaultiana, compreendemos o ambiente escolar como um campo de tensionamento e disputa, no qual operam dispositivos disciplinares e

biopolíticos que visam à captura dos corpos e à neutralização dos desejos em favor de regimes de sujeição. Todavia, conforme problematiza Pelbart (2007), é nesse mesmo campo que a biopotência se manifesta como a capacidade de afetar e ser afetado, transfigurando a rigidez da identidade em uma multiplicidade aberta ao novo.

A produção deste caderno pedagógico esta pautada na possibilidade de abertura para compor redes colaborativas de experimentações e experiências entre si, com o sentido de Deleuze e Guattari (1995), compor um Corpo sem Órgãos (CsO), que nas fissuras configura-se como um campo de passagem para forças e potencialidades encontradas, criadas e vividas por todos os sujeitos participantes. É um corpo opaco por não deixar o poder atravessá-lo facilmente, como também é deslizante por não permitir que os rótulos grudem nele. Os estudantes deixam de ser organismos funcionais e dóceis para se tornar um fluido de desejos e resistências que o Estado não consegue mais recortar ou pregar em seus mapas de exclusão e sujeição.

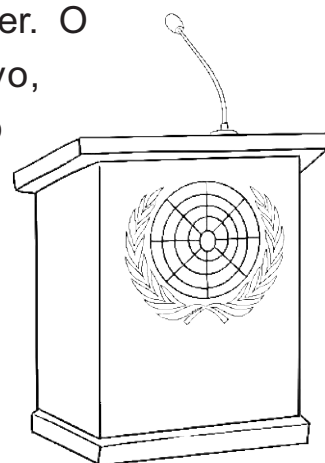
Embora o projeto SIM na EMCTV tenha sido executado em um trimestre letivo (durante três meses), seu planejamento e as trajetórias percorridas pelos participantes transcendem delimitações temporais rígidas. Diferente do decalque, que opera sobre estruturas preexistentes e códigos estriados, o mapeamento constitui um dispositivo de experimentação do real. Sob a perspectiva de Deleuze e Guattari (2024), o mapa orienta-se pela abertura de fluxos e campos de intensidade que não se subordinam a modelos hierárquicos ou binarismos. Este caderno pedagógico visa inspirar docentes e discentes a conduzirem o projeto rumo à produção de linhas flexíveis, lisas e nômades, permitindo o recálculo de rotas e o avanço por territórios desconhecidos. Por conseguinte, as discussões e problematizações propostas não exigem a observância estrita da sequência estabelecida nesta escrita.

O movimento cartográfico aqui proposto percorre a imprevisibilidade intrínseca ao projeto de simulação. As rotas traçadas assumem sentidos singulares em função dos fluxos e forças agenciados por docentes e discentes. Essa abertura manifesta-se desde a definição temática dos comitês, que podem transcender as agendas predeterminadas pela ONU para contemplar questões prementes do cotidiano dos sujeitos, até a

reconfiguração das normas de debate. Durante a simulação, diretores, palestrantes e delegados atuam como proponentes de regras próprias, transformando o consenso em um exercício de criação coletiva e autonomia pedagógica.

Nossa intenção com os cadernos pedagógicos é produzir sugestões de como organizar Simulações ONU de modo em que os agenciamentos configurados no decorrer do seu processo de experimentações fomentem diferenciação e singularizações. Buscamos nos aproximar do que Guattari e Rolnik (1996) pontuam o processo de singularização designa processos disruptores no campo da produção do desejo, não sendo somente “[...]uma resistência contra esse processo geral de serialização da subjetividade, mas também a tentativa de produzir modos de subjetividade originais e singulares, processos de singularização subjetiva [...]” (Guattari; Rolnik, 1996, p. 45). Essa singularização discutida por Guattari e Rolnik (1996) consistiria na capacidade que o sujeito ou o grupo social tem de captar elementos da situação para construir seus próprios tipos de referências práticas e teóricas, sem depender de uma relação de poder global, isto é, independentemente do fator econômico, do saber, do conhecimento técnico ou do nível de segregações que são difundidos. Trata-se da capacidade de ler esses processos, ler sua própria situação e aquilo que se passa em torno deles. “Essa capacidade é que vai lhes dar um mínimo de possibilidade de criação e permitir preservar exatamente esse caráter de autonomia tão importante” (Guattari; Rolnik, 1996, p. 46).

Pretende-se que a presente pesquisa contribua para a reflexão sobre a educação de jovens no Brasil, oferecendo aportes que fundamentem discussões e o desenvolvimento de políticas públicas para o setor de modo que desconstrua fluxos de captura e controle do biopoder. O objetivo é mobilizar os atores do contexto educativo, proporcionando-lhes ferramentas para a desterritorialização de práticas cristalizadas e a reterritorialização em novos modos de existência, sob a biopotência. Ao incentivar a invenção e a experimentação cotidiana, este estudo reafirma a necessidade de uma pedagogia que se renove constantemente na prática docente e discente, transformando o currículo em um campo aberto à criação.



Cartografia da Simulação Internacional Marista (SIM) e novos agenciamentos para os currículos escolares

A aplicação da cartografia como método de pesquisa no projeto Simulação Internacional Marista (SIM) durante a pesquisa presente na dissertação de mestrado **“Simulações ONU e os currículos de escolas do ensino médio do Espírito Santo: reverberações nas subjetividades juvenis”**, permitiu analisar como tais formatos pedagógicos incidem na constituição das subjetividades juvenis. Como dispositivo que acompanha processos e agenciamentos, a cartografia identifica fissuras e linhas de fuga que tensionam os currículos tradicionais e os mecanismos de controle do biopoder. Sob a perspectiva de Deleuze e Guattari (2024^a), a linha de fuga não se caracteriza como uma evasão da realidade, mas como um movimento de desterritorialização que rompe com normas estriadas e códigos estabelecidos, liberando fluxos de desejo e instaurando novas possibilidades de existência no cotidiano escolar.

As Simulações promovem linhas de fuga no momento em que ocorre a emersão de um currículo menor, sob a perspectiva de Gallo (2002), nas fissuras do currículo prescrito, considerado o currículo maior, soberano.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) atua como um currículo maior, segundo Gallo (2021), na medida em que atua como aparelho de Estado que organiza, unifica e controla os saberes para produzir identidades fixas e performáticas. Gallo (2012a), critica a matriz tradicional de ensino ocidental, quando questiona o ensino por reconhecimento platônica, em que aprender é apenas recordar o que a alma já sabia como algo que se adquire e se possui. Gallo (2012a) também critica a pedagogia moderna que tenta ligar o ensino ao aprendizado de forma indissolúvel para controlar o que e como o aluno aprende, buscando resultados homogêneos e quantificáveis. Assim também fazer como o mestre, a

educação que busca a reprodução de gestos e conteúdos idênticos descreve a lógica de uma educação inalterada.

O currículo maior se estabelece em um espaço estriado com fileiras, salas com séries, horários fixos e conteúdos fechados. São caracterizados por trajetórias predeterminadas, métricas de produtividade e uma organização rígida, que em relação ao Ensino Médio está voltado para Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Para Mordente (2023), o ensino torna-se instrumental e superficial, voltado para resultados imediatos e preparação para testes, negligenciando a formação humana crítica.

O currículo torna-se soberano, segundo Gomes e Gomes (2018), pois possui vontade de verdade em seu bojo, pela força e submete o indivíduo à lógica mercadológica, encoberta em redes corporativas e midiáticas distantes dos direitos sociais, da nação, da democracia ou da vontade geral.

A legitimidade do currículo soberano é produzida dentro de uma lógica de sociedade do espetáculo que permeia todas as esferas da vida, com moldes para as relações interpessoais, a cultura e a própria percepção da realidade. Gomes e Gomes (2018) complementam que as mercadorias que geram *status* e desejo, geram também felicidade e cumplicidade sob imagens distorcidas da realidade, em que o indivíduo, inserido de forma passiva e alienada, aceita o currículo-mercadoria.

O BNCC obedece a uma lógica neoliberal segundo Mordente (2023), na medida em abre espaço para a mudança da educação como garantia de direitos por produzir a busca individual por competências que tornem o sujeito empregável. A ideia de formação contínua utilizada para que o trabalhador se adapte permanentemente às incertezas do mercado desobriga o Estado e as empresas de oferecerem estabilidade. A educação, nesse sentido, promove ferramentas para a possibilidade de construir sujeitos neoliberais, que devem gerir suas vidas, suas carreiras e seus afetos com foco na produtividade, com auto exploração vivida como se fosse liberdade e performance com desempenhos para superar limites.

Foi na cartografia da SIM que podemos identificar agenciamentos que se posicionam como currículo menor, não menor em importância, mas como práticas educativas que se distanciam do currículo maior, não adere aos

fluxos receptores impostos pelo aparelho de Estado, como acontece quando identificamos imposição de conteúdos, competências e habilidades específicas advindas da BNCC.

As simulações discutidas neste caderno pedagógico são realizadas nas brechas e fraturas do currículo prescrito, não oferecem modelos prontos, mas sugestões que podem ser aplicadas ou adaptadas de acordo com a experimentação de seus participantes, docentes e discentes. Assumem posturas singulares proliferando-se rizomaticamente e permitindo que o aprendizado escape ao controle institucional. Para que este caderno pedagógico não se concretize como um modelo pronto para ser aplicado, mas sugestões para serem experimentadas e gerem novas experiências.

As simulações presentes no bojo dos debates deste caderno pedagógico instigam a utilização do projeto como '*Máquina de Guerra*'², orientado para o nomadismo e pela abertura a novos possíveis, em um espaço para permitir que o pensamento seja colocado em relação imediata com o 'fora', rompendo com a racionalidade do Estado.

As simulações propostas neste caderno pedagógico não visam apenas envolver estudantes em atividades diplomáticas e debates temáticos que seguem à risca o posicionamento de países, instituições ou personalidades, no conjunto de reproduzir a realidade. Em vez de produzir 'cópias ideias' do 'currículo' ou da 'realidade', sob a perspectiva do simulacro de Deleuze (2015), observamos os estudantes-participantes criando uma diferença potente e propondo caminhos originais, que podem fugir ao que a realidade pré-estabelecida impõe.

Na função de um delegado que entregam a posicionamentos próximos da realidade geopolítica. Diante dos percalços e desafios dentro dos debates em um comitê de Simulação, os agenciamentos produzidos podem fazer o estudante-participante dobrar sua posição para caminhos que produzam fluxos e linhas para o comum, para atingir consensos. Muito próximo do comum em Hardt e Negri (2016), que se configura como uma rede de singularidades que cooperam, preservando suas diferenças e

2. Deleuze e Guattari (1997) apresentam o conceito de Máquina de Guerra como oposto de Máquina de Estado, pois é tratada como agenciamento de desterritorialização, que tem por função desfazer e romper padrões, criar e liberar o criativo e o diferente, exterior ao Estado, como um modelo de pensamento nascido da fratura, em ação nômade, que se move em um espaço liso, aberto e sem fronteiras.

distanciando-se dos modelos de democracia representativa baseados na delegação de poder a líderes eleitos.

De diretores (mediadores do debate) que conduzem os trabalhos das mesas nos comitês. Nosso caderno pedagógico estimula a utilização de regras padrões utilizados em outras Simulações realizadas no Brasil e no Mundo, mas com a produção dos guias de estudos e os dossiês das funções dos delegados, os estudantes estão abertos a produzirem agenciamentos que fogem as regras pré-determinadas, para práticas inventivas e criativas.

O comitê de imprensa, com repórteres responsáveis por informar e registrar os acontecimentos, são instigados a construir formas de linguagens e editoração de ferramentas midiáticas que se aproximam da realidade vivenciada e experimentada.

Os palestrantes-organizadores que efetuam a logística, cerimonial, suporte e gerenciamento de crises das salas de debates, podem criar o novo a cada experiência sentida nas redes de conversão produzidas com os diretores e delegados.

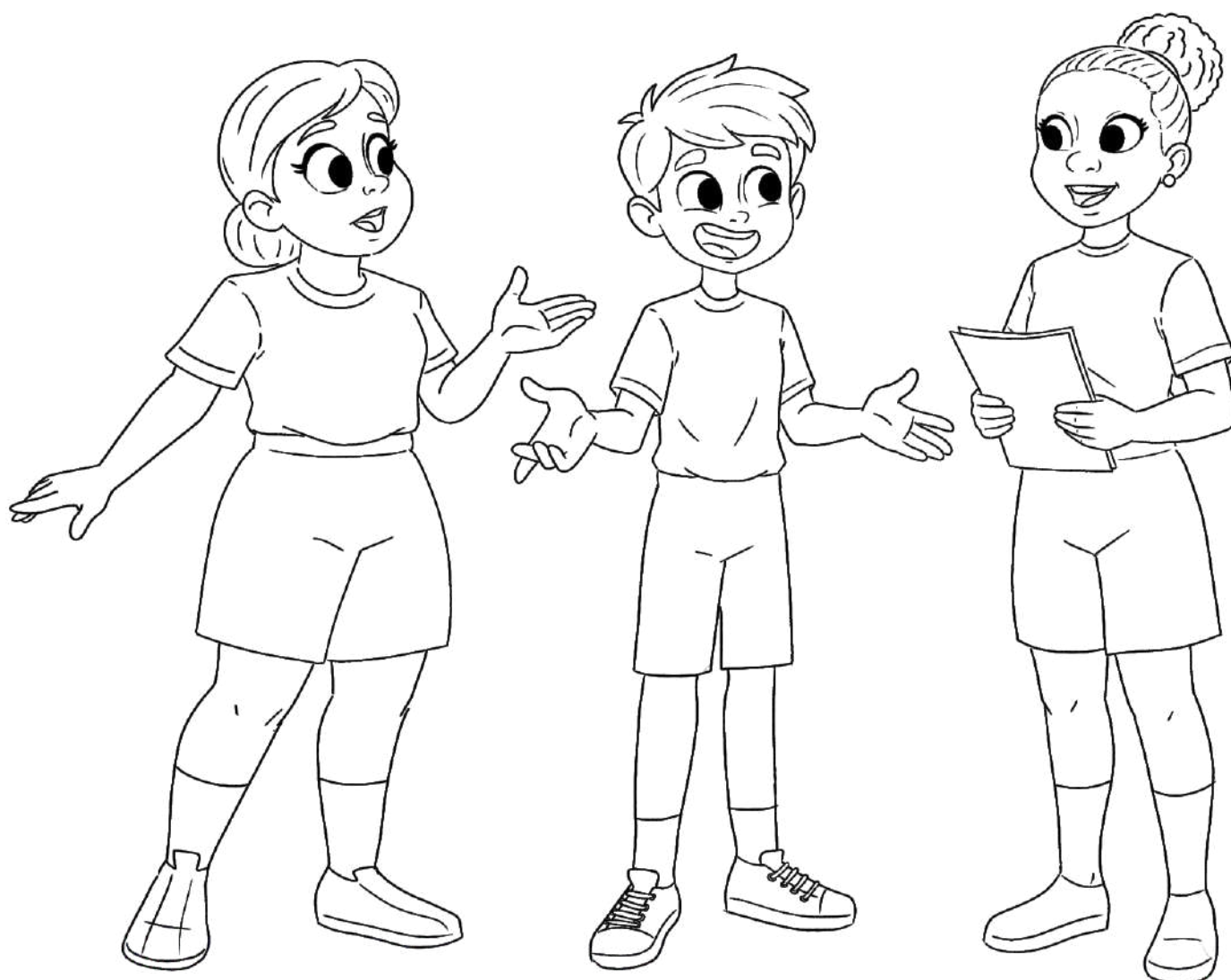
A tabela abaixo apresenta uma proposta metodológica de sequenciamento de etapas para a implementação e execução do projeto.

Tabela 1- Sequência de eventos até a realização da Simulação.

1º EXPERIMENTAÇÃO: Apresentação do que é ONU.
2º EXPERIMENTAÇÃO: Apresentação do que é Simulações da ONU
3º EXPERIMENTAÇÃO: Escolha dos temas dos comitês e respectivos participantes.
4º EXPERIMENTAÇÃO: Definição das regras para serem adotadas nos debates.
5º EXPERIMENTAÇÃO: Aprofundamento de estudos pelos organizadores e montagem de guia de estudos e dossiês temáticos.
6º EXPERIMENTAÇÃO: Preparação com simulações, compreensão de regras e posturas diplomáticas.
7º EXPERIMENTAÇÃO: Culminância da Conferência (Simulação).

Fonte: Elaboração própria.

Nosso caderno pedagógico não propõe a produção de uma simulação que reproduz a realidade como 'cópia', mas como uma força que subverte modelos prontos para que o estudante invente a si mesmo e produza novos sentidos. Nas próximas páginas aprofundaremos como pode ser possível a construção desses caminhos no ambiente escolar que não segue uma estrutura linear ou hierárquica, mas que vai presar por experimentações acentradas, que instiguem a novas formas de inventar a vida.



1ª Experimentação: O que é ONU?

Entender o que é a Organização das Nações Unidas, ONU, neste primeiro momento de introdução do projeto contribui para levantar algumas problematizações sobre o funcionamento dessa instituição atualmente e de que forma podemos desenhar, realinhar e explorar seus comitês com as simulações.



Nesta etapa, apresenta-se a Carta das Nações Unidas e as competências de seus seis órgãos principais: a Assembleia Geral (AG), o Conselho de Segurança (CS), o Conselho Econômico e Social (ECOSOC), o Conselho de Tutela, a Corte Internacional de Justiça (CIJ) e o Secretariado. Torna-se imperativo destacar, em consonância com as Nações Unidas (2020), que a organização não se configura como um supra-Estado ou um governo global; tampouco possui exército próprio ou capacidade tributária. Sua governança e a eficácia de suas diretrizes dependem, estritamente, da vontade política e da cooperação soberana de seus Estados-membros.

Trazer para esses momentos iniciais com os estudantes em sala de aula o contexto histórico em que a ONU foi criada, fim da Segunda Guerra

Mundial e ascensão de potências hegemônicas como os 5 membros permanentes do Conselho de Segurança pode contribuir para um interesse maior e curiosidades.

Intencionalidades da prática pedagógica:

- Despertar nos estudantes um interesse por geopolítica e as relações internacionais na ONU;
- Aguçar nos estudantes o interesse pelo surgimento da ONU e a Carta das Nações Unidas;
- Fortalecer vínculos afetivos entre professores e estudantes de forma dialógica sobre a temática de geopolítica e relações internacionais;
- Propiciar os primeiros contatos dos estudantes sobre o que é ONU e seus principais órgãos;
- Entender o funcionamento do Conselho de Segurança da ONU (CSNU) e discutir a função do veto exercido por países membros permanentes.

O que fazer? Sugestão de práticas pedagógicas para serem desenvolvidas com os estudantes.

Como despertar o interesse pela ONU?

Vamos montar um '*Braimstorm, chuva de palavras*': O que é ONU e quais os seus objetivos no mundo? Neste momento, buscar o máximo possível de participantes e falas dos estudantes para o que eles pensam sobre o assunto.

Assistir o vídeo: O que é e como funciona a ONU? Nerdologia
<https://www.youtube.com/watch?v=Kc00w5Jeb74&t=23s>

Questione os estudantes sobre o funcionamento da ONU e quais são os seus principais órgãos. Em seguida apresente a carta das nações unidas de 1945.



ESTRUTURA DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU) – VISÃO COMPLETA DO SISTEMA (2026-2027)

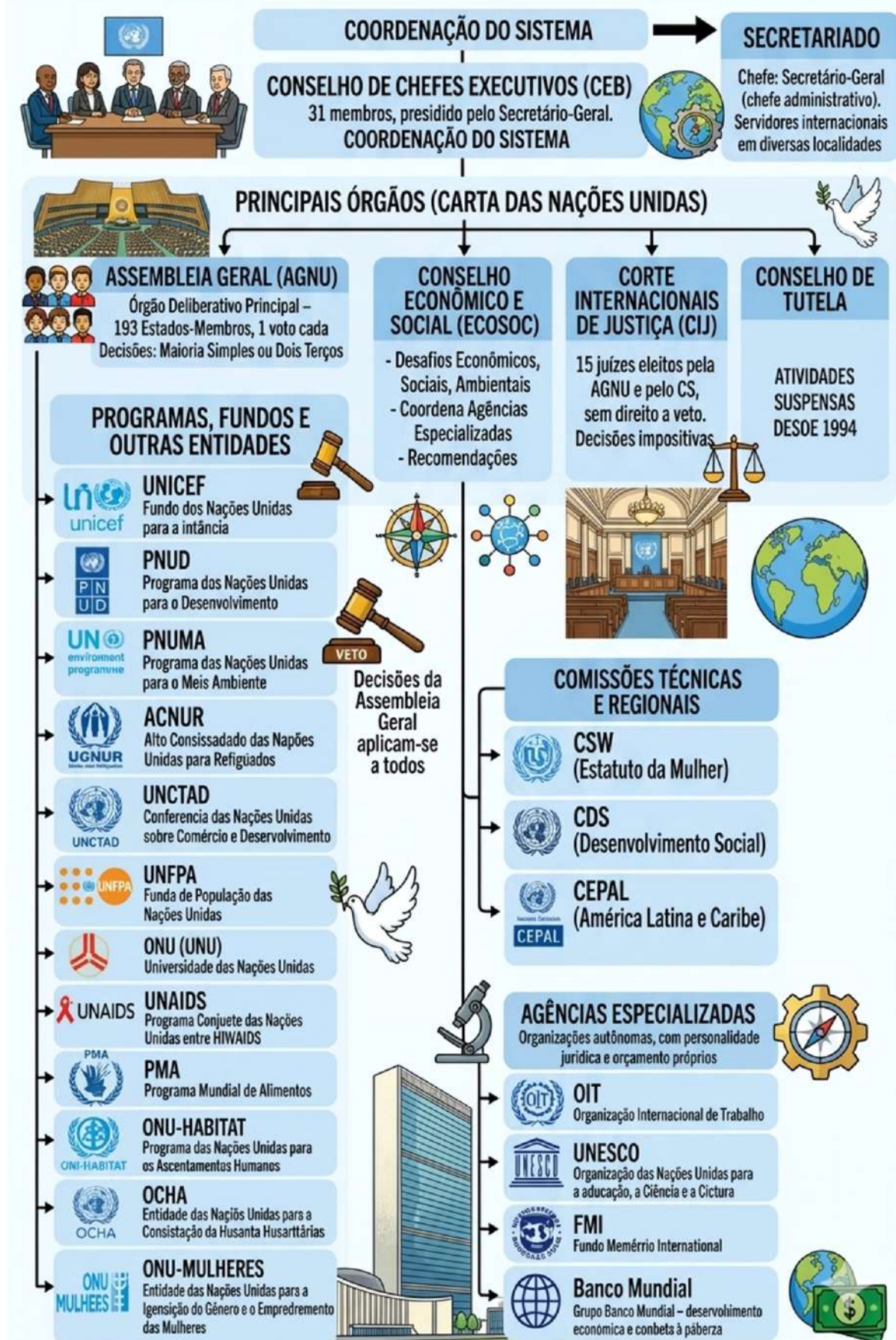


Imagem gerada por IA – Fonte: Germini

Leia mais sobre a Carta das Nações Unidas aqui:

www.un.org/en/charter-united-nations/

Vamos discutir a carta das Nações Unidas:

- Divida a turma em grupos, para cada um deles entregue trechos da *Carta* (Preâmbulo, artigos 1 ou 2);
- Nos grupos os estudantes precisam discutir: Quais seriam os objetivos da ONU? O que a *Carta* diz sobre a igualdade entre as nações e os direitos humanos? Como as nações devem resolver seus conflitos e divergências?

Vamos propor uma simulação rápida, Tema: “Crise de refugiados na Venezuela”

“Na Venezuela, mais de 7 milhões de pessoas deixaram o país após o colapso da economia nacional sob o presidente socialista Nicolás Maduro, que está no poder desde 2013. [...] Os números mais recentes que eles divulgam são de 7,7 milhões de venezuelanos que partiram por diferentes motivos, disse o porta-voz. A grande maioria deles está na Colômbia, nos Estados Unidos, na Espanha, no Equador e em outros países latino-americanos, como o Brasil”.

Disponível: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cj77m54lpj8o>
Acesso: 19/05/2026.

Pauta: Como acolher os refugiados venezuelanos de modo a atender os princípios regidos pela *carta da ONU*?

- Cada grupo precisa representar um país e realizar discurso com propostas de resolução do problema abordado;
- Em formato de diálogo, grupo precisa expor sua proposta e sob consenso aprovarem uma resolução.
- Questionem os estudantes: de que forma a *Carta das Nações Unidas* contribuíram para a resolução do problema?



**Acesse o Qr Code para assistir
o vídeo e a Carta das Nações Unidas**

Vamos problematizar o funcionamento do Comitê de Segurança da ONU:

O que é Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU)? Quais as suas funções? E por quais motivos ele se configura como o principal órgão de Segurança?

Conselho de Segurança: Segundo a Carta das Nações Unidas, o Conselho de Segurança é o principal responsável pela manutenção da paz e segurança internacionais. É composto por 15 membros (5 membros permanentes e 10 não permanentes). Cada membro tem um voto, sendo que os 5 membros permanentes (China, Estados Unidos da América, França, Reino Unido e Rússia) têm poder de veto. Os membros não permanentes são eleitos para um mandato de dois anos. Nos termos da Carta, todos os Estados-membros são obrigados a cumprir as decisões do Conselho. (Elaboração do autor com consulta a ONU *online*).

Assista ao vídeo sobre o CSNU:

<https://www.youtube.com/watch?v=4Jztgsu3Sc4>

Questione os estudantes: Por que existe o poder de veto no CSNU? Como ele é usado?

- Como dispositivo de experimentação prática, oriente os estudantes a assumirem o posicionamento diplomático de diferentes atores globais. Para tanto, divida a turma equitativamente em dois grupos: o primeiro representará os Estados-membros permanentes do Conselho de Segurança, detentores do poder de veto; o segundo será composto pelas nações que não possuem essa prerrogativa decisória. Essa divisão visa tensionar as assimetrias de poder e estimular agenciamentos discursivos a partir de realidades geopolíticas distintas.
- Professor assume a mesa de mediação, inicia o debate: Considerando os impasses geopolíticos atuais, os debates sobre a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas devem

convergir para a democratização decisória por meio da extinção do poder de veto ou para a ampliação da representatividade regional com a inclusão de novos membros permanentes? (Poder de veto deve ser extinto ou deve ser ampliado para outros países?)

- Professor pode utilizar como sugestão de delegações para compor este debate simulado os seguintes países que estão com mandatos no CSNU 2026-2027, podemos conferir na imagem a seguir. Os países membros permanentes (5 representantes); países eleitos representantes da América Latina e Caribe (2 representantes); países representantes da Europa Ocidental (2 representantes); países representantes da África (2 representantes); países representantes da Ásia-Pacífico (2 representantes); países representantes da Europa Ocidental e outros (2 representantes).



Imagem gerada por IA – Fonte: Germini

Os debates relacionados ao poder de veto no Conselho de Segurança e a atuação da ONU, Negri e Hardt (2001) apontam que esses organismos internacionais atuam para legitimar a ideia de Império nas circunstâncias viventes no mundo atual. A ideia de Império seria um novo cenário no mundo pós-Guerra Fria, algo muito diferente dos impérios tradicionais ou do imperialismo de séculos anteriores, em que os Estados-nações dominantes se articulavam na conquista territorial.

[...] O conceito de Império caracteriza-se fundamentalmente pela ausência de fronteiras: o poder exercido pelo Império não tem limites. [...] apresenta-se não pelo regime da conquista, e sim como uma ordem que na realidade suspende a história e dessa forma determina, pela eternidade, o estado de coisas existentes. [...] O poder de mando do Império funciona em todos os registros da ordem social, descendo às profundezas do mundo social. O Império não só administra um território com sua população, mas também cria o próprio mundo que ele habita. Não apenas regula as interações humanas como procura reger diretamente a natureza humana. O objeto de governo é a vida social como um todo, e assim o Império se apresenta como forma paradigmática de biopoder. Daí a necessidade de atuação pela paz [...] (Hardt; Negri, 2001, p. 14-15).

Esse poder descentralizado e desterritorializado propaga uma nova configuração de controle, cujo escopo transcende a soberania territorial e econômica para incidir sobre a própria vida e as relações sociais. Por meio de agenciamentos que produzem sujeição, o biopoder opera na modelagem das subjetividades, das identidades, dos desejos e das potências individuais. Esse diagrama de forças legitima-se sob a égide de uma suposta paz perpétua e universal, salvaguardada por intervenções militares e policiais de caráter biopolítico, efetuadas em nome da manutenção da lei e da ordem global.

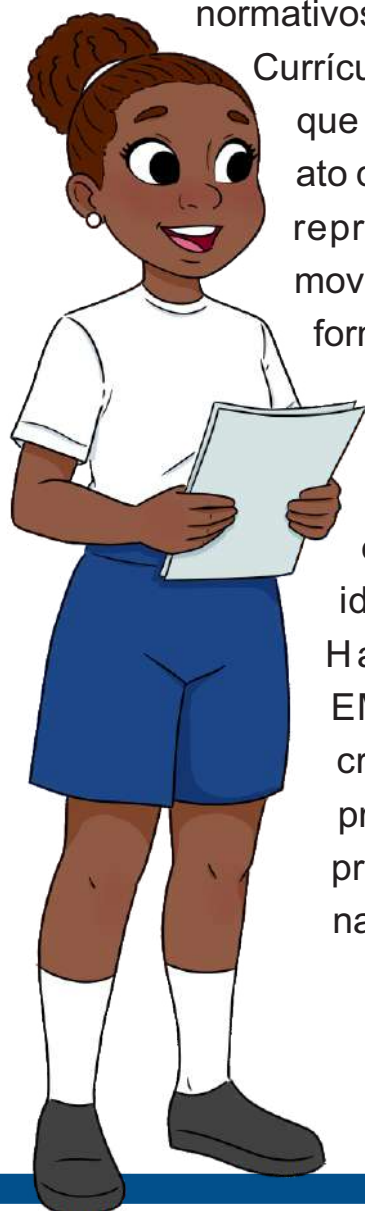
Em contrapartida, a *Multidão*, para Hardt e Negri (2001) não seria uma massa homogênea ou um povo unificado; pelo contrário, a pluralidade de produção de singularidades seria sua principal característica, a ampliação do debate para a maior participação dos diferentes e suas multiplicidades poderia instigar a formação de um ambiente propício para desvendar novas e virtuosas relações democráticas. Desta forma, estimular os estudantes a produzirem debates que girem em torno de uma organização internacional mais democrática e que encontre como foco o comum torna-se de grande importância nos nossos primeiros passos deste caderno pedagógico.

**Acesse o Qr Code para assistir o vídeo
sobre o Conselho de Segurança da ONU:**



2ª Experimentação: O que é Simulações da ONU?

A implementação do projeto de Simulação da ONU no ambiente escolar envolve um conjunto de práticas educativas que, embora possam partir das diretrizes curriculares oficiais, desvinculam-se de seus alinhamentos normativos. Sob a perspectiva de Gallo (2021), o chamado



Currículo Maior engendra práticas colonizadoras estatais que visam à estratificação social e ao aprisionamento do ato de pensar. Trata-se de uma política molar orientada à reprodução de modelos preestabelecidos em um movimento vertical, cujo propósito é espelhar e legitimar formas indenitárias preexistentes. Na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), esse movimento manifesta-se na estipulação de competências e habilidades direcionadas à fixação de um perfil específico de cidadão. Nesse escopo normativo, identificam-se a Competência Específica 6 e as Habilidades EM13CHS603, EM13CHS604, EM13CHS605 e EM13CHS606. Mesmo com as críticas realizadas por esse caderno ao currículo prescrito, partimos das premissas institucionais que pretendem balizar o desenvolvimento de simulações nas escolas.

Competência 6: Participar do debate público de forma crítica, respeitando diferentes posições e fazendo escolhas alinhadas ao

exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

(EM13CHS603): Analisar a formação de diferentes países, povos e nações e de suas experiências políticas e de exercício da cidadania, aplicando conceitos políticos básicos (Estado, poder, formas, sistemas e regimes de governo, soberania etc.).

(EM13CHS604): Discutir o papel dos organismos internacionais no contexto mundial, com vistas à elaboração de uma visão crítica sobre seus limites e suas formas de atuação nos países, considerando os aspectos positivos e negativos dessa atuação para as populações locais.

(EM13CHS605): Analisar os princípios da declaração dos Direitos Humanos, recorrendo às noções de justiça, igualdade e fraternidade, identificar os progressos e entraves à concretização desses direitos nas diversas sociedades contemporâneas e promover ações concretas diante da desigualdade e das violações desses direitos em diferentes espaços de vivência, respeitando a identidade de cada grupo e de cada indivíduo.

(EM13CHS606): Analisar as características socioeconômicas da sociedade brasileira – com base na análise de documentos (dados, tabelas, mapas etc.) de diferentes fontes – e propor medidas para enfrentar os problemas identificados e construir uma sociedade mais próspera, justa e inclusiva, que valorize o protagonismo de seus cidadãos e promova o autoconhecimento, a autoestima, a autoconfiança e a empatia. (Brasil, 2017, pág. 578 - 579)

Na simulação proposta por este caderno pedagógico, interessa-nos cartografar o ato de seguir. Sob a perspectiva de um Currículo Menor, conforme formulado por Gallo (2021), o ato de seguir caracteriza-se pelo rastreamento de caminhos a partir de pistas contingentes, abdicando de rotas predefinidas ou da reprodução de matrizes molares. Esse movimento conjuga-se à margem dos aparelhos de captura estatais, operando em zonas de singularidade e ausência de modelos totalizantes. Embora os parâmetros da BNCC funcionem como disparadores e pistas iniciais, o projeto orienta-se rumo a trajetórias que concebem a aprendizagem como um processo insubmisso ao controle — uma aventura do involuntário deflagrada pela potência dos encontros e dos afetos, e não pela imposição de métodos preestabelecidos.

Intencionalidades da prática pedagógica:

- Proporcionar múltiplas visões sobre como pode ser organizado um Simulação ONU mediante as experiências sentidas pelos participantes;
- Compreender as diferentes funções ocupada pelos participantes em uma Simulação com a abertura para a aprendizagem singularizada e múltipla;
- Promover nos estudantes-participantes do projeto a possibilidade do envolvimento em todo o processo de produção, organização e prática;
- Identificar estudantes com o perfil para ocupar as funções de secretários-gerais e diretores, na medida que precisam receber uma formação prévia pela equipe de professores organizadores;
- Criar oportunidades de escolha para todos os estudantes participantes identificar e se encaixar na função definidas no bojo do projeto, com as opções: Delegado, Palestrante e Imprensa.

O que fazer? Sugestão de práticas pedagógicas para serem desenvolvidas com os estudantes.

Apresentação da Simulação e as diferentes funções no projeto

Nesta etapa, cumpre explicitar aos estudantes que a viabilidade e a exequibilidade do projeto de Simulação da ONU dependem diretamente do engajamento coletivo. A definição e o cumprimento das funções atribuídas a cada participante constituem premissas fundamentais para que o evento de culminância se concretize de forma orgânica, refletindo o planejamento construído colaborativamente ao longo do percurso organizacional.

O projeto de Simulações visa proporcionar aos participantes a oportunidade de exercerem o papel de representantes diplomáticos e

delegações de Estados, instituições ou personalidades no âmbito de comitês das Nações Unidas. Longe de restringir-se ao cenário internacional contemporâneo, os debates podem se estruturar em comitês temáticos de caráter histórico ou voltados às dinâmicas das políticas nacional, regional e local. Adicionalmente, a proposta contempla a criação de comitês futuristas que, mobilizando a capacidade inventiva dos discentes, desafiam-nos a elaborar soluções originais e especulativas diante dos complexos dilemas enfrentados pela humanidade.

As Nações Unidas (2020) reiteram que as simulações e conferências estudantis pode ter a capacidade de estimular processos de aprendizagem voltados à problematização de temas globais contemporâneos, tais como o funcionamento da própria organização, a manutenção da paz e da segurança internacional, as soberanias nacionais, os direitos humanos e o Estado de direito. Esse dispositivo pedagógico fomenta o desenvolvimento de competências associadas à oratória, à escrita e à investigação. Ao imergirem em um ambiente de negociação pautado pela busca do consenso, os estudantes são desafiados a compreender a alteridade, analisando dilemas sob a perspectiva do outro para, assim, tecer caminhos que estabeleçam o plano do comum entre as diferenças.

No documento orientador para a realização da Simulação Internacional Marista (SIM) realizado na Escola Marista Champagnat Terra Vermelha (EMCTV) do ano de 2025 e 2026, cartografado nas pesquisas da dissertação de mestrado, “Simulações ONU e os currículos de escolas do ensino médio do Espírito Santo: reverberações nas subjetividades juvenis”, foram elaborados os seguintes objetivos:

- I - Desenvolver habilidades de escuta ativa, resolução de situações-problema, argumentação e cidadania global dos/as estudantes participantes do projeto;
- II - Promover espaços democráticos de diálogo e reflexão sobre valores e direitos humanos na escola e para as escolas convidadas envolvidas diretamente com o projeto;
- III - Fomentar o protagonismo estudantil na elaboração e implementação de soluções para problemas locais ou regionais;
- IV - Preparar os/as estudantes para enfrentar dilemas éticos globais e regionais, desenvolvendo uma visão crítica e informada sobre problemas contemporâneos, além de promover o engajamento na busca por soluções colaborativas e sustentáveis;

V - Reduzir os problemas relacionados às violências nos contextos escolares abrangidos no projeto;

VI - Fomentar uma cultura de paz e resolução pacífica de conflitos;

VII – Promover debates críticos e construtivos sobre temas relacionados à geopolítica, às questões de gênero, ao meio ambiente e às mudanças climáticas, dentre outros, incentivando a análise de diferentes perspectivas internacionais. Busca-se, assim, estimular o pensamento crítico, o diálogo diplomático e a formulação de estratégias e soluções inovadoras para desafios globais contemporâneos. (Escola Marista Champagnat Terra Vermelha, 2025, pág. 03)

Após a apresentação desses objetivos para os estudantes participantes, é importante apresentar as funções existentes nas Simulação: Secretário Geral, diretor da mesa mediadora, comitê de imprensa, palestrante/organizador e delegado (a). Torna-se importante passarmos por cada uma das funções e as possibilidades de ações que os participantes assumem para cada uma das funções citadas.

Secretário Geral

A função de Secretário Geral geralmente é ocupado por um estudante mais experiente, pode corresponder ao número de um (1), dois (2) ou até cinco (5), de acordo com as necessidades e demandas exigidas pelo projeto na escola. No guia Nações Unidas (2020) o cargo de Secretário Geral é considerado um símbolo dos ideais da ONU, que representa os interesses dos povos do mundo, em particular dos pobres e vulneráveis, nomeado pela Assembleia Geral (AG), nomeado pelo Conselho de Segurança (CSNU). Como podemos notar:

“A Carta da ONU descreve o secretário-geral como o “chefe administrativo” da ONU, que atuará nessa qualidade e desempenhará “outras funções que lhe sejam confiadas” pelo CS, pela AG e pelo ECOSOC, e por outros órgãos da ONU. A Carta da ONU também confere poderes ao secretário-geral para “chamar a atenção do CS para qualquer assunto que, na sua opinião, possa ameaçar a manutenção da paz e segurança internacionais”. Estas orientações definem os poderes do gabinete e conferem-lhe uma margem de ação considerável. O secretário-geral fracassaria se estas não tivessem cuidadosamente em conta as preocupações dos Estados-membros. No entanto, o secretário-geral deve também defender os valores e a

autoridade moral da ONU. Devem também falar e agir em prol da paz - mesmo correndo o risco de desafiar ou discordar dos Estados-membros". (Nações Unidas, 2020, pág. 38)

O Secretariado detém a responsabilidade pela gestão macroestrutural da simulação, abrangendo desde a logística do espaço físico e a seleção dos diretores até o dimensionamento do contingente de estudantes participantes. Nesse escopo, as deliberações iniciais assumem caráter estratégico para a viabilidade do projeto. A primeira ação consiste na definição dos comitês constituintes, os quais podem espelhar a estrutura das Nações Unidas ou de outras organizações internacionais. Algumas simulações acadêmicas, a exemplo da SIM e Simulação Geopolítica do IFES (SiGI), adotam um modelo democrático de governança ao publicarem editais internos para a submissão de propostas de comitês. Esse formato descentralizado permite a incorporação de agendas diversas, abarcando recortes da História Global e do Brasil, cenários especulativos sobre o futuro da humanidade, dinâmicas de regimes globais e a complexidade da geopolítica contemporânea.

No Guia Simulação Internacional Marista – SIM (2026) enumeram as funções específicas dos Secretários Gerais como:

- Precisa entender das regras dos debates e funcionamento de um comitê;
- Estar ciente das publicações do comitê de imprensa;
- Estar disponível para resolver problemas organizacionais do evento;
- Participar das reuniões de organização do evento junto aos professores de humanas;
- Contribuir no processo de inscrição dos participantes externos do evento;
- Ajudar na montagem das palestras e explicações sobre cada comitê com os palestrantes;
- Trazer demandas e dúvidas de participantes para resolução junto aos professores de Humanas;
- Estar disponível para dúvidas de escolas convidadas;
- Auxiliar na organização da abertura do evento junto aos professores de Humanas e a equipe de gestão administrativa da escola;
- Ter habilidade para trabalhar em grupo, coordenando e distribuindo funções entre membros da equipe. (Escola Marista Champagnat Terra Vermelha, 2025, pág. 10)

Diretores da mesa mediadora

O cargo de diretor da mesa mediadoras dos comitês possui grande importância na Simulação, são ocupados por estudantes que têm experiência em participações de projetos semelhantes, por já terem sido delegados, desempenham a função de conduzir as discussões. Na Simulação Geopolítica do IFES (SiGI), os diretores possuem a função de escrever os guias de estudos orientadores dos comitês, que serão apresentados mais à frente.

Os diretores encarregados da mediação dos comitês devem deter pleno domínio das regras procedimentais e atuar como seus difusores ativos. A transparência na publicização e na aplicação dos guias de regras é condição imprescindível para a condução metodológica dos debates, assegurando o direito de expressão equânime a todos os participantes. Conquanto as normas deliberativas possam apresentar variações e adaptações em função da identidade institucional de cada escola ou das especificidades definidas pela mesa diretora, há uma convergência estrutural significativa entre os principais modelos. Nota-se que os procedimentos adotados pela SIM, pela SiGI e pela Mini ONU da PUC Minas compartilham de uma matriz normativa virtualmente idêntica.

No Guia de orientações da SIM (2025) os diretores apresentam as seguintes funções:

- São os membros principais que vão compor a mesa de mediação dos debates nos Comitês de Simulação;
- Realizar a montagem conjunta dos Guias de Estudos e dos dossiês das delegações junto com as turmas durante as aulas do itinerário;
- Estudar e saber todas as informações presentes no Guia de Estudos do seu comitê;
- Realizar junto aos palestrantes e da equipe de linguagens a correção dos Documento de Posição Oficial;
- Ter domínio das regras do debate dentro dos comitês e estar disponível para explicar aos demais participantes;
- Durante preparação ocupar a mesa de mediação dos debates;
- Realizar junto aos professores orientadores dos comitês quais delegações precisam receber a Menção Honrosa. (Escola Marista Champagnat Terra Vermelha, 2026, pág. 10)

O processo de preparação para os debates nos comitês de simulação na culminância do projeto precisa ser realizado pelos diretores mediadores dos comitês. É neste momento que ocorre a divulgação e assimilação das regras que serão utilizadas no debate.

A construção e a propagação de um ambiente de diplomacia são funções de grande importância assumidas pelos diretores mediadores. Jönsson e Hall (2005) definem a diplomacia como uma resposta a um problema comum: a necessidade de viver separadamente (preservando identidades distintas) ao mesmo tempo em que se torna necessário conduzir relações com outros devido à interdependência. Nesse sentido, ela funciona como a mediação entre povos ou coletividades "estranhadas" entre si. A mediação entre o particularismo, as identidades e interesses de cada unidade política e o universalismo, refere-se às normas, regras e valores compartilhados que permitem a existência de uma sociedade internacional. A diplomacia forja o compromisso entre essas forças, ajudando a diferenciar e, ao mesmo tempo, a ligar o espaço político global.

Jönsson e Hall (2005) defendem que a diplomacia é o processo institucionalizado e ritualizado através do qual políticos comunicam, representam-se e reconhecem-se mutuamente, garantindo a reprodução da vida social internacional em meio à tensão constante entre o desejo de independência e a necessidade de interação.

É durante a simulação final que os estudantes da mesa diretora assumem um papel central na condução dos trabalhos, atuando como facilitadores e autoridades procedimentais de cada comitê. Portanto, a principal função da mesa diretora é moderar os debates, organizar o ambiente diplomático e conduzir para que resulte em acordos e resoluções dos problemas nos comitês.

Comitê de Imprensa

O comitê de imprensa assume uma função imprescindível no projeto de simulação, sua atuação é responsável por acompanhar e registrar os acontecimentos dos demais comitês. A divulgação dos fatos relevantes sobre os comitês, temas e debates que serão realizados durante a culminância do projeto. Produzir matérias e divulgar sobre os temas

abordados nos debates, entrevistas com os participantes e organizadores do evento, além de manter um engajamento nos diferentes veículos de mídia todas as etapas até o dia da Simulação.

A cobertura midiática da simulação é veiculada por meio do portal eletrônico oficial e dos perfis institucionais do projeto nas redes sociais, utilizando formatos diversificados que abrangem seções temáticas, publicações no *feed*, *reels* e *stories*. Nessas plataformas, são disponibilizados registros cronológicos das atividades pedagógicas e entrevistas conduzidas cotidianamente ao longo do evento. Adicionalmente, concebe-se a elaboração de um periódico jornalístico com edições diárias, distribuído primordialmente em suporte digital e, conforme a viabilidade logística, em versão impressa.

Nas pesquisas realizadas durante a cartografia da SIM entre 2022 a 2025, presente na dissertação de mestrado “Simulações ONU e os currículos de escolas do ensino médio do Espírito Santo: reverberações nas subjetividades juvenis”, o comitê de imprensa era organizado por dois (2) diretores gerais, que assumiram a função de gestão, organização e delimitação ações para os demais integrantes. Os registros foram realizado durante todo o processo de planejamento, desde a preparação, com a escolha dos temas, divulgação de regras e preparação, com as posturas diplomáticas, até o dia da conferência (simulação).

Os diretores do comitê de imprensa na SIM eram responsáveis por coordenar e tomar decisões relacionadas às suas atividades, distribuindo pautas e funções entre os membros, redigindo os editoriais do jornal e acompanhando o andamento geral dos trabalhos. Neste processo, a função de diretor do comitê de imprensa exige, com o auxílio dos professores, habilidades de diagramação do jornal, sua revisão e aprovação dos conteúdos antes de sua publicação no jornal, no site ou nas redes sociais.

Os integrantes do comitê de imprensa desempenham as funções de repórteres e redatores, assumindo a responsabilidade pela cobertura jornalística da simulação por meio de produções textuais veiculadas tanto no periódico impresso quanto nas plataformas digitais do projeto. Estruturalmente, designa-se um profissional de imprensa para cada comitê

temático, incumbido de registrar a dinâmica dos debates, os processos de votação, as deliberações e os posicionamentos das delegações. Essa distribuição visa garantir uma cobertura plural e multifacetada, capaz de evidenciar as diferentes narrativas e tensionamentos geopolíticos em cena.

As produções audiovisuais e fotográficas ganham contornos de grande importância no projeto, por meio do *'humor'* e *'irreverência'* o comitê de imprensa na SIM construiu uma linguagem própria priorizando a singularidade e as particularidades dos estudantes, questionando suas próprias experiências e diferentes formas de aprendizado no decorrer do projeto.

Palestrantes/Organizadores

A função de palestrante/organizador, instituída na edição de 2023 da SIM, emergiu como uma demanda espontânea dos próprios estudantes durante as etapas de preparação para a simulação final. Essa atribuição articula-se diretamente às instâncias de mediação das Mesas Diretoras, visto que os ocupantes desse cargo encarregam-se de subsidiar a estruturação dos comitês, a difusão e o aprofundamento teórico dos temas em debate, a condução de oficinas formativas, bem como a ambientação e a adequação logística do espaço físico.

Com a pré-definição dos comitês temáticos, as semanas que antecedem a culminância do projeto são dedicadas a um período de preparação intensiva, no qual os palestrantes desenvolvem exposições sobre as pautas específicas a serem abordadas. Utilizando uma transposição didática acessível e linguagem dialógica, esses estudantes constroem um ambiente de cumplicidade, troca e aprendizagem mútua. Esse momento configura-se como um espaço formativo essencial para sanar dúvidas conceituais e alinhar abordagens metodológicas, impulsionando os delegados a aprofundarem seus estudos individuais por meio da análise de dados e do refinamento documental exigido por seus respectivos comitês.

Os palestrantes-organizadores que efetuam a logística, cerimonial,

suporte e gerenciamento de crises das salas de debates, podem criar o novo a cada experiência sentida nas redes de conversação produzidas com os diretores e delegados.

Delegados (as)

Os delegados são estudantes que assumem o papel de representantes de interesses de um Estado-membro da ONU ou de outros atores políticos, como parlamentares, representantes de organizações não governamentais (e outras entidades) ou personalidades públicas atuantes no tema abordado pelo Comitê, sem essa função a Simulação não pode acontecer, são os responsáveis para que o debate aconteça fundamentalmente.

Para o guia de orientações da SIM (2026), os objetivos das delegações em uma simulação são:

Identificar os interesses do/a delegado/a em relação ao tema debatido, alinhando-o ao país representado pelo/a estudante;

Conhecer os aliados políticos, econômico ou diplomáticos, ou a possibilidade de possíveis alianças com outros delegados;

Entender o contexto de discussão que está integrado à delegação que representa;

Reconhecer interesses comuns em relação a outros delegados e suas possíveis propostas de resolução no decorrer dos debates;

Buscar construir propostas de resoluções que estão próximas dos seus interesses defendidos e dos seus possíveis aliados. (Escola Marista Champagnat Terra Vermelha, 2026, pág. 06)

O aporte documental fornecido aos delegados subsidia-se em guias de estudos e dossiês temáticos meticulosamente elaborados pelas diretorias e palestrantes do comitê. Esse arcabouço textual funciona como disparador para o adensamento teórico indispensável às sessões deliberativas, demandando investigações rigorosas acerca das matrizes culturais, ideológicas, econômicas e políticas da representação designada. No âmbito da SIM, esse período preparatório é estruturado para salvaguardar a construção de um posicionamento institucional consistente. Paralelamente, os ensaios diplomáticos realizados em

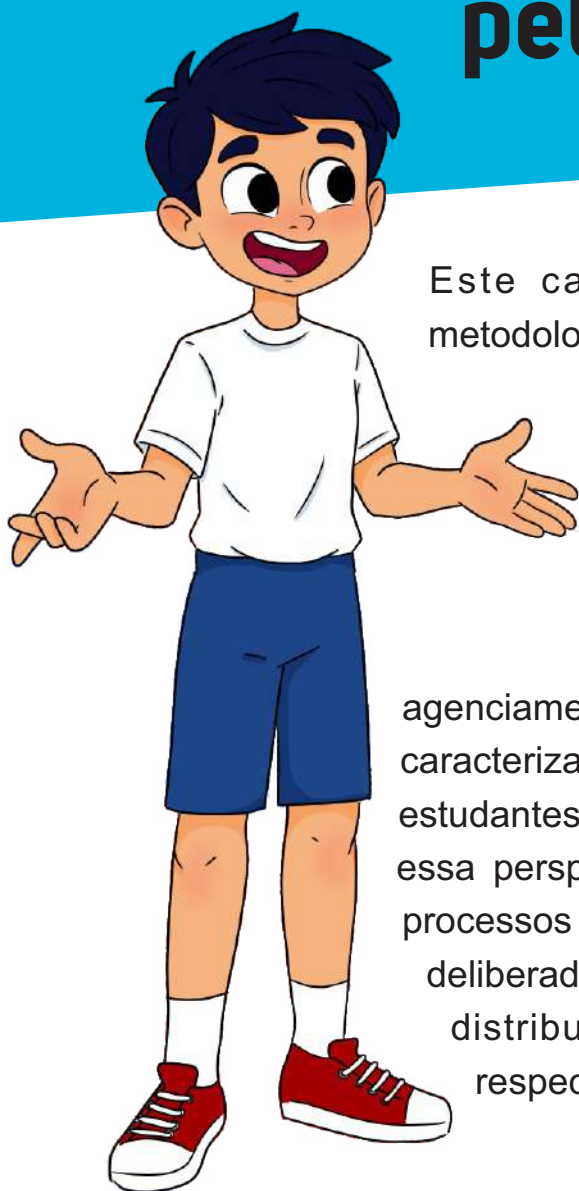
ambiente de sala de aula funcionam como laboratórios de expressão verbal e manejo regimental, proporcionando o desenvolvimento da oratória, o controle da temporalidade discursiva e a apropriação das normas procedimentais, sob a mentoria compartilhada entre o corpo docente e os estudantes da coordenação.

Escanei o QR Code e acesse a página do Instagram oficial da Simulação SIM Terra Vermelha, com informações de toda a produção do comitê de imprensa.



3ª

Experimentação: **A seleção de temas dos comitês de Simulação e as escolhas dos comitês pelos participantes**



Este caderno pedagógico sistematiza uma metodologia de produção de Simulações a partir da cartografia de pesquisa realizada no âmbito da SIM entre os anos de 2022 e 2025. Dentre os fluxos e práticas mapeados, que dialogam e encontram ressonância em experiências consolidadas como a SiGI e a Mini ONU da PUC Minas, sobressaem agenciamentos pedagógicos de caráter democrático, caracterizados pelo engajamento direto e horizontal dos estudantes em todas as etapas organizacionais. Sob essa perspectiva participativa, ganham relevância os processos de escolha das premissas temáticas a serem deliberadas nos comitês, bem como os critérios de distribuição e inserção dos participantes nos respectivos espaços de debate.

As escolhas dos temas de cada um dos comitês são definidas com o envolvimento dos estudantes participantes do projeto, em todas as etapas de produção, como também para cada função que precisa ser ocupada, um engajamento que requer o diálogo e orientação por parte dos docentes e gestão pedagógica. A escolha dos temas neste momento do projeto está interligada com o caminho que o estudante quer seguir, com a possibilidade de fazer parte da organização como secretário geral, mediar os debates como diretor de comitê ou palestrante para o auxílio na organização e aprofundamento dos temas, na função do comitê de imprensa, ou por fim, como um membro da delegação participando ativamente dos debates.

“A liberdade possui um processo de amadurecimento, principalmente no confronto com outras liberdades, diante da autoridade dos familiares, dos professores, do Estado. Ao decidir por um caminho, o jovem assume riscos. É decidindo que os jovens aprendem a decidir, mesmo correndo o risco de não acertar. No entanto, faz parte desse processo de aprendizagem assumir as consequências das decisões. Assim, os adultos (familiares e educadores) devem participar do processo de decisão, porém sem decidir *por* eles, e sim ajudando na análise das consequências possíveis”. (Mordente, 2020, pág. 89-90)

Nosso projeto de simulação estimula os estudantes a traçarem suas próprias trajetórias de estudos e construção de aprendizagem, como discute Mordente (2020), essa prática explora seus próprios interesses e curiosidades sem currículos enrijecidos, impositivos. O aprendizado não é segmentado por disciplinas isoladas, mas por um roteiro de pesquisa orientado pelos docentes aberto as possibilidades realização e adaptação pelo estudante participante.

Guattari e Rolnik (1996) defendem a construção da autonomia do sujeito na medida em que constroem novos territórios e referenciais, se afastando de modelos de subjetivação tradicionais. Um processo de singularização que está voltado para viver seus próprios processos e ler sua própria história, produzindo novas criações e transformações no nível micropolítico. A autonomia se constrói por práticas permanentes e constantes, é um movimento incessante com experimentações susceptíveis de erros e acertos, sem produção de dependências.

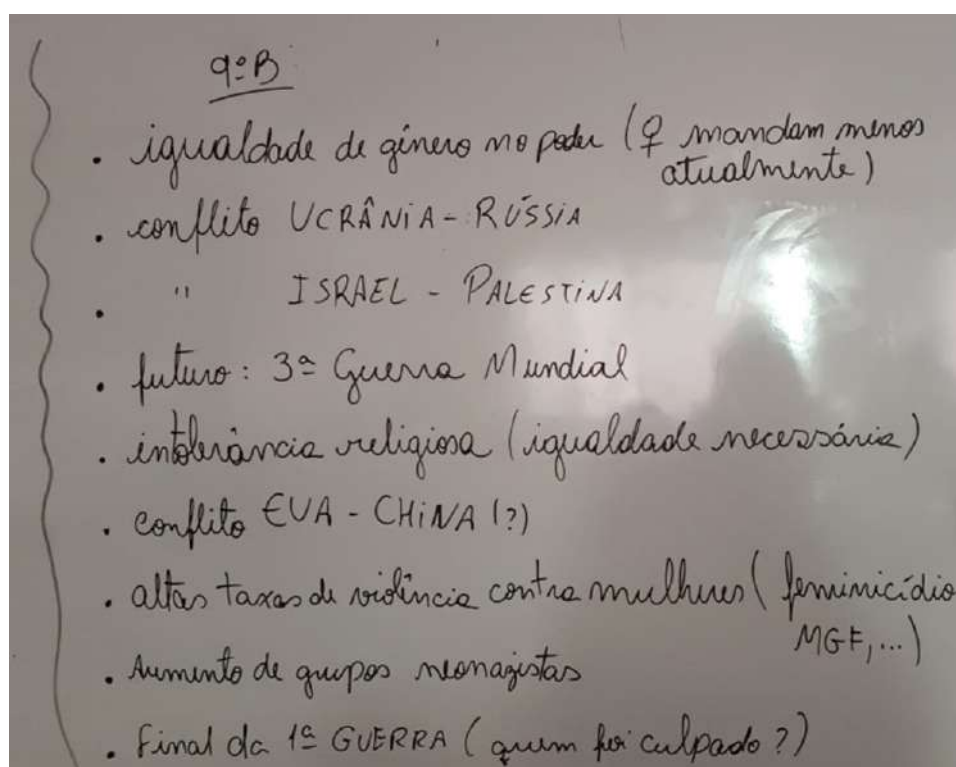
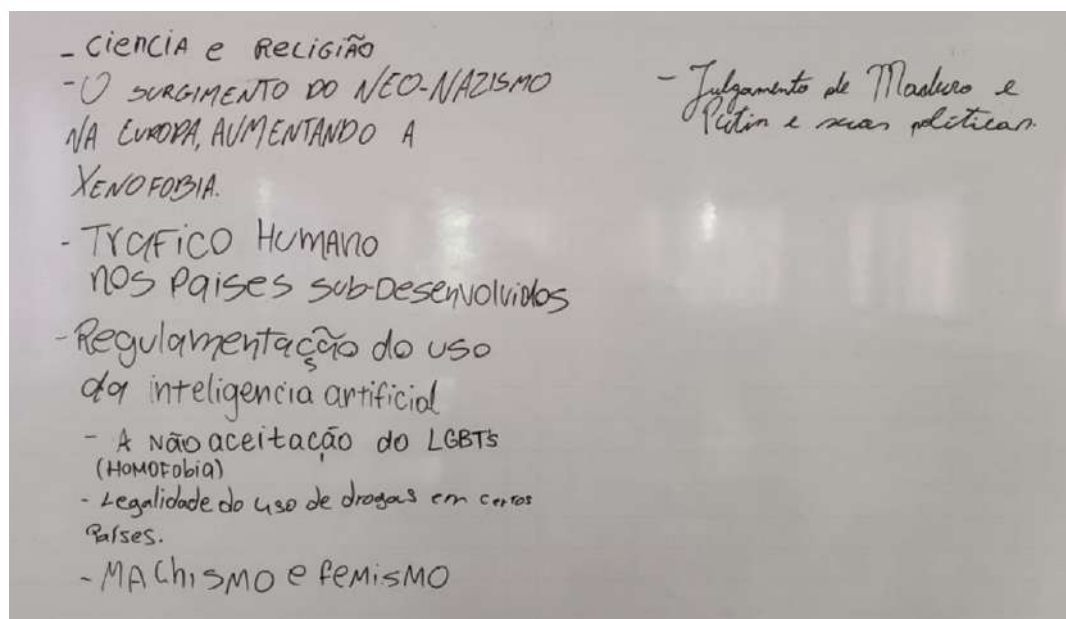
Intencionalidades da prática pedagógica:

- Proporcionar um diálogo em sala com os estudantes sobre temas que eles consideram importantes e que gostariam de debater em comitês de simulação, independente da função que ele vá ocupar no projeto;
- Definir com os estudantes participantes quais as funções que vão assumir no projeto: Secretário Geral; diretor mediador; palestrante; Comitê de Imprensa; delegado.
- Realizar a escolha dos Secretários gerais por meio do voto ou consenso entre os participantes;
- Promover a votação dos temas dos comitês entre todos os participantes, em seguida, quais diretores mediadores assumem os comitês mais votados;
- Apresentar e por meio de escolhas dos estudantes-delegados definir os comitês que vão participar.

Escolha dos temas dos comitês e das funções no projeto

A instauração de um espaço dialógico em sala de aula demanda dos docentes uma sensibilidade ético-estética capaz de acolher os processos de singularização. Compete ao professor sustentar uma postura de abertura aos movimentos discentes, valorizando suas expressões singulares e repertórios afetivos. Como estratégia disparadora, propõe-se tensionar o campo de experiência dos estudantes por meio de um questionamento orientador acerca das temáticas prioritárias para o debate escolar. Essa consulta deve abranger desde as linhas de força da geopolítica contemporânea e as dinâmicas político-econômicas globais e nacionais até as problemáticas imanentes ao território local, como os desafios socioespaciais do município, do bairro e da própria comunidade escolar.

Figura 1 – Lousa com sugestões dos estudantes em sala, SIM 2025



Fonte: Elaboração própria.

O registro visual das pautas sugeridas atua como um dispositivo de legitimação das falas discentes, estimulando a corresponsabilidade no debate coletivo. Sob essa dinâmica, a maximização do número de propostas amplia o horizonte de escolha da turma. Esse mapeamento preliminar fornece subsídios para que o coletivo, em caráter de votação, selecione os eixos temáticos e os comitês oficiais que darão corpo à culminância da simulação.

A escolha de comitês para a Simulação está condicionada ao número de estudantes participantes em todo o projeto, as métricas giram em torno de 25 a 35 delegações por comitê, com a possibilidade de cada delegação ser composta por duplas ou individual por participantes.

O voto aberto e direto por meio de plataformas de formulários com coleta de dados como o *google forms* ou o *Microsoft forms* podem contribuir para maximizar todo o processo.

Figura 2 – Plataforma de internet com sugestão de escolhas dos comitês, SIM 2025.

4. Dentre os comitês sugeridos escolha até 5 comitês: *

Selecione no máximo 5 opções.

- ☐ COMITÊ: STF 2025 – O JULGAMENTO DA TRAMA GOLPISTA NO BRASIL EM 8 DE JANEIRO DE 2023
- ☐ COMITÊ: A FORMAÇÃO DA GRANDE ALIANÇA – 1941: SEGUNDA GUERRA MUNDIAL
- ☐ COMITÊ A REVOLUÇÃO DO HAITI (1791–1804).
- ☐ COMITÊ AGNU 2050: EXPLORAÇÃO DO ÁRTICO E REIVINDICAÇÕES TERRITORIAIS.
- ☐ COMITÊ CSNU 1968: GUERRA DO VIETNÃ
- ☐ COMITÊ OMC 2026: DISCUTIR TARIFAÇÃO DOS EUA A OUTROS PAÍSES DO MUNDO.
- ☐ COMITÊ FIM DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL 1945.
- ☐ COMITÊ CORTE INTERNACIONAL JULGAMENTO DOS LÍDERES NAZISTAS 1946
- ☐ COMITÊ FIM DA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL 1918
- ☐ COMITÊ CDH REGULAMENTAÇÃO DA INTERNET E DAS BIG TECHS 2026
- ☐ COMITÊ CONGRESSO NACIONAL BRASILEIRO: COMBATE AO RACISMO ESTRUTURAL 2026
- ☐ COMITÊ CÂMARA DE VEREADORES DE VILA VELHA 2026: ESCOLAS CIVICO MILITARES OU ESCOLAS DEMOCRÁTICAS?
- ☐ COMITÊ CONGRESSO NACIONAL BRASILEIRO 2026: IMPOSTO PARA BETS, FINTECHS E SUPER RICOS.
- ☐ COMITÊ CONGRESSO NACIONAL BRASILEIRO 2026: ANISTIA AOS GOLPISTAS DE 8 DE JANEIRO.

Fonte: Arquivo pessoal.

Nessa mesma etapa procedimental, orienta-se a seleção dos discentes encarregados da Secretaria-Geral. O acesso ao cargo é aberto à totalidade dos estudantes, condicionando-se ao cumprimento dos pré-requisitos normativos detalhados no Capítulo 2. O engajamento integral dos participantes em mais essa tomada de decisão promove o senso de corresponsabilidade, viabilizando uma compreensão orgânica e sistêmica da engrenagem da Simulação por parte de todos os envolvidos.

Com os resultados apresentados a todos, de acordo com o número de comitês escolhidos, precisamos buscar os estudantes que vão ocupar o cargo de diretores mediadores dos comitês de simulação e os palestrantes. Estes estudantes precisam estar cientes ao cumprimento dos pré-requisitos normativos apresentados no Capítulo 2. No próximo Capítulo abordaremos as sugestões de regras adotadas nos debates.

Comitê de Imprensa e início dos trabalhos de divulgação do projeto

Durante a execução do projeto, o comitê de imprensa assume uma função estratégica na difusão de todas as fases de desenvolvimento. Os integrantes desse núcleo são responsáveis por documentar e publicar as atribuições de papéis dos estudantes, a delimitação temática dos comitês, a composição das delegações e o engajamento coletivo ao longo de todo o percurso pedagógico até a sua culminância.

Compete ao professor orientador guiar o comitê de imprensa na elaboração de estratégias de comunicação que alcancem o corpo discente e envolvam a comunidade escolar. Nesse contexto, a utilização de redes sociais e mídias digitais requer o acompanhamento sistemático do corpo docente. Longe de configurar um cerceamento à criatividade estudantil, esse monitoramento faz-se necessário para garantir o uso correto da norma culta da língua portuguesa e evitar episódios de constrangimento ou infrações no ambiente virtual, tais como atos de intolerância e outros ilícitos cibernéticos.

A divulgação das atividades de sala de aula pelo comitê de imprensa é fundamental para o desdobramento do projeto. Estimular a produção de conteúdos criativos e atrativos por parte dos estudantes desse núcleo desperta o engajamento imediato dos demais participantes, fator que contribui diretamente para o sucesso da simulação e de sua respectiva culminância.

O comitê de imprensa assume a função de iniciar nosso projeto, cabe neste momento ao docente estimular os estudantes sua potência criativa e inventiva. Vamos lá, mãos a obra.

Escaneie o QR Code e acesse a página do Instagram oficial da Simulação SIM Terra Vermelha, com informações de toda a produção do comitê de imprensa.



4ª Experimentação:

Vamos definir as regras para serem adotadas nos debates dos comitês de Simulação



A realização de debates em um comitê de simulação exige normas previamente estabelecidas. Por meio da cartografia de pesquisa, identificou-se que o modelo adotado pela Escola Marista Champagnat

Terra Vermelha baseia-se na Simulação Geopolítica do IFES (SiGI) e na Mini-ONU da PUC Minas. Esses projetos consolidados, por sua vez, fundamentam-se nas diretrizes do *Guia sobre o Modelo ONU (2020) — Model United Nations (MUN)*.

Durante a execução do projeto, os estudantes responsáveis pela mesa diretora podem adaptar ou instituir novas regras regimentais conforme

as especificidades temáticas e organizacionais de seus comitês. Essa flexibilização é comum em simulações de órgãos não oficiais da ONU, como comitês históricos, assembleias ou congressos nacionais, instâncias que demandam experimentação e autonomia criativa por parte dos participantes.

Esse caderno pedagógico buscar incentivar as capacidades inventivas e imanente às subjetividades e anterior aos aparelhos de captura, de maneira a afetar e ser afetado, subtraindo-se à organização estratificada do organismo para operar na lógica do Corpo sem Órgãos (CsO), discutida por Deleuze e Guattari (2024). Trata-se de uma tentativa de manifestar-se como uma potência impessoal e singular que, mesmo em condições de extrema fragilidade, preserva sua capacidade de autocrítica e reinvenção.

Intencionalidades da prática pedagógica:

- Proporcionar a apresentação das regras e diretrizes utilizadas por Simulações como a SIM, SiGI e a Mini ONU PUC-Minas;
- Definir com os estudantes que ocupam a função de diretores mediadores do comitê de simulação a utilização das diretrizes pré-estabelecidas ou a sua adaptação de acordo com o comitê escolhido para o projeto;
- Promover o guia de regras que será utilizado nos debates dos comitês de simulação para todos os estudantes participantes, com a participação do comitê de imprensa.

Regras utilizadas nos debates nos comitês temáticos de Simulação

Chamada:

Todo início de sessão é realizado a chamada dos delegados participantes do comitê de simulação, a presença é catalogada de acordo com a função do representante no debate. Podemos encontrar delegados que são *PRESENTE VOTANTES* ou apenas *PRESENTE*.

Segundo NAÇÕES UNIDAS (2020) a ONU possui dois órgãos principais: Assembleia Geral (AG) e o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU). Esses dois comitês são geralmente os mais utilizados em simulações estudantis.

No AG as delegações votantes são todos os países membros da ONU presentes no momento de realização do comitê, assim os delegados precisam responder *PRESENTE VOTANTES*. Caso tenhamos Organizações não governamentais (ONGs) ou personalidades convidadas neste comitê, todos precisam responder apenas *PRESENTE*.

No Guia NAÇÕES UNIDAS (2020), o CSNU possui uma dinâmica diferente, desde sua criação em 1948 no período pós guerra, é composto por quinze (15) membros, entre membros permanentes e membros rotativos. Os permanentes possuem o direito ao *VETO* durante as votações, são compostos por EUA, China, Rússia, Reino Unido e França. Os outros dez (10) membros são rotativos, eleitos pela AG para mandatos de dois (2) anos. Todos respondem como *PRESENTE VOTANTES*. Caso também tenhamos Organizações não governamentais (ONGs) ou personalidades convidadas neste comitê, todos precisam responder apenas *PRESENTE*.

A dinâmica de votação pode variar para cada comitê, podendo ser uma escolha realizada entre seus membros junto aos diretores-mediadores. A dinâmica de chamada vai atender cada um desses processos, com a realização de Assembleias Nacionais, parlamentos, Conselhos de comitês Históricos, ou Conferências internacionais.

Quórum

Segundo SiGI (2018) o quórum é a quantidade de delegações presentes na sessão, com a sua abertura realizada diante da presença de pelo menos 1/3 das delegações do comitê.

Em um comitê como o da OTAM 1999, com 25 delegações, a reunião somente poderia iniciar com no mínimo 8 delegações presentes, independente se são *PRESENTE VOTANTES* ou apenas *PRESENTE*.

Agenda

A Agenda do Comitê atua como o instrumento normativo elaborado pela mesa diretora para balizar as deliberações dos delegados. Estruturado em tópicos que demandam resolução, o documento prevê a precedência automática do primeiro item da pauta.

Contudo, a alteração dessa ordem cronológica ou a modificação do conteúdo da Agenda é possível mediante rito específico:

- **Alteração de Prioridade:** Para iniciar o debate por um tópico distinto, o comitê deve, obrigatoriamente, reprovar a introdução do primeiro item.
- **Procedimento de Revisão:** Caso surja o interesse em reformular a Agenda na sessão inicial, a mesa diretora faculta um período — usualmente de 5 minutos — para a formulação de uma nova proposta.
- **Deliberação:** Esse processo ocorre via debate não moderado automático. Após a elaboração, a proposta é submetida à análise da diretoria e, posteriormente, levada à votação.
- **Critério de Aprovação:** Diferente de outras moções, as Propostas de Agenda possuem um rigor elevado, exigindo unanimidade dos votos para serem ratificadas.

Tipos de debates: Existe Alguma Questão ou Moção?

Essas perguntas são proferidas pelos membros da mesa diretora durante os debates dentro dos comitês de Simulação. A *Questão ou Moção* são diretivas consideradas para que os delegados organizem suas ações para realizar o debate, seu posicionamento sobre a agenda e temas debatidos, como para as suas ações no caminho do processo de produção de propostas de resoluções.

Questão de dúvida:

No site oficial da MINI ONU – PUC Minas, esta opção está relacionada para quando o delegado necessita de alguma informação, substantiva e/ou procedimental, pertinente ao andamento do debate. Por exemplo, se um documento é votado por maioria simples ou qualificada.

Questão de ordem:

Este dispositivo facultado aos delegados permite a interrupção de qualquer orador para suscitar questões relativas às normas procedimentais da sessão. Todavia, a Questão de Ordem está sujeita ao escrutínio imediato da Mesa Diretora, que detém a prerrogativa de indeferi-la caso identifique falta de decoro por parte do proponente, uso imoderado do recurso ou impertinência do tema em relação à natureza da reunião.

Questão de Privilégio Pessoal

No site oficial da MINI ONU – PUC Minas:

“É a única que pode interromper a discussão e quando apresentada, por um delegado, a mesa diretora deverá apreciar imediatamente. Ela só deve ser utilizada quando delegado experimentar desconforto pessoal (estar impossibilitado de escutar o discurso de outro delegado, por exemplo), seja esse físico ou psicológico. Recomendamos que utilizem a questão de privilégio pessoal de forma moderada. Preferencialmente, apresentar tais quando a Mesa abrir espaço para questões, no intervalo entre discursos”.

Moções:

As moções constituem instrumentos procedimentais destinados a alterar a dinâmica dos trabalhos no comitê. Regidas pelo princípio da precedência, as propostas são submetidas à votação iniciando-se pela de caráter mais disruptivo (ou "radical"); caso aprovada, as demais são automaticamente descartadas. A tipologia das moções é variada, abrangendo desde categorias previamente divulgadas até especificidades que serão detalhadas nos informativos dos comitês e nas revisões normativas que antecedem o evento.

Assim a mesa diretora precisa perguntar aos delegados membros do comitê:
EXISTE ALGUMA QUESTÃO OU MOÇÃO?

Caso os delegados querem destinar uma *MOÇÃO*, precisam levantar sua mão, ou placa de identificação, para assim destinar a mesa o tipo específico que pretende usar. A seguir, podemos observar as diferentes formas:

Moção para a ABERTURA DA LISTA DE ORADORES

A lista de oradores após ser aberta no início dos debates permanecerá aberta por todo a sessão, configura-se como modo padrão de debate, com a sua condução, precisando estar sempre visível a todos em um quadro aberto. Para realizar a sua inscrição na lista os delegados precisam levantar uma plaquinha referente ao nome de sua delegação em direção a mesa diretora mediadora. Esta é a única forma de debate onde há cessão de tempo durante a fala de um delegado para outro.

Moção para DEBATE MODERADO

Esse formato de debate interrompe a lista de oradores por alguns minutos, em consenso do delegado com a mesa diretora. Nesta Moção é aberto uma lista paralela de inscrição para o debate para qualquer delegado que deseja se pronunciar, com contagem de tempo igual para cada um deles. O critério de escolha é a aleatoriedade, com a possibilidade de a mesa escolher a delegação que quer falar, com prioridade para os que querem se posicionar/defender. Durante esta moção não é permitido outra moção, nem cessão de tempo.

Moção para DEBATE NÃO MODERADO

Esse formato de debate a mesa diretora se abstém da mediação, com apenas o controle do tempo, podendo estender ou diminuir. Os delegados podem se levantar, circular pelo comitê, dialogar com seus pares, discutir produção e montagem de propostas, buscar assinaturas para conduzir suas propostas para a mesa. Comumente este momento é utilizado na escrita de propostas de resolução de forma individual ou conjunta.

Moção para RECONHECIMENTO

As delegações que chegarem atrasados após a chamada precisam realizar essa moção para poder participarem dos debates.

Moção para ALTERAÇÃO DO TEMPO DE DISCURSO

Caso os delegados consideram que o tempo de discurso está curto ou muito longo podem pedir essa moção para a sua mudança.

Moção para ADIAMANTE DE SEÇÃO

As sessões têm horários de início e término pré-estabelecidos pelo secretariado, podendo ser alterados de acordo com o andamento do comitê. Chegando próximo ao fim da seção, a mesa encoraja que as delegações peçam adiamento de seção, uma vez que os diretores não podem encerrá-la sem o consentimento dos delegados.

Moção para FECHAMENTO OU ENCERRAMENTO DE LISTA DE ORADORES

A moção para encerramento, finalizará a lista de oradores não sendo mais reconhecidos discursos.

Moção para INTRODUÇÃO, ARQUIVAMENTO E RECONSIDERAÇÃO DE TÓPICO

A moção de introdução de um tópico é necessária para que as discussões sobre tal tópico sejam iniciadas. A moção de arquivamento ocorre quando as delegações não desejam mais discutir um tópico sem proposta de resolução, ou desejam discutir um tópico com maior relevância no momento do pedido. Para um tópico que foi arquivado voltar a ser discutido, é necessário a abertura de uma moção de reconsideração de tópico.

Vamos praticar: “Mock Simulation ou quebra-gelo”

Concluída a apresentação das regras preliminares, a equipe diretiva e os palestrantes desenvolvem um guia instrutivo em formato de material didático, voltado à assimilação dos conteúdos. Esse material conta com o suporte técnico e a difusão da equipe que integra o comitê de imprensa.

Na etapa de culminância do projeto, com o objetivo de incentivar a

argumentação e reduzir a inibição inicial dos delegados acadêmicos, realiza-se um debate preliminar com temáticas lúdicas e cotidianas, distintas da pauta formal do comitê. Essa atividade envolve tópicos do universo infanto-juvenil e da cultura pop, tais como preferências entre produções cinematográficas, canais de *streaming* ou franquias de entretenimento, servindo como uma simulação de engajamento inicial.

Nessa fase introdutória, a mesa diretora já assume a mediação para orientar a aplicação prática do regulamento preestabelecido. A execução dessa simulação lúdica fundamenta-se no guia de regras elaborado, assegurando que os estudantes se familiarizem com o rito processual antes do início das sessões oficiais.

5ª Experimentação:

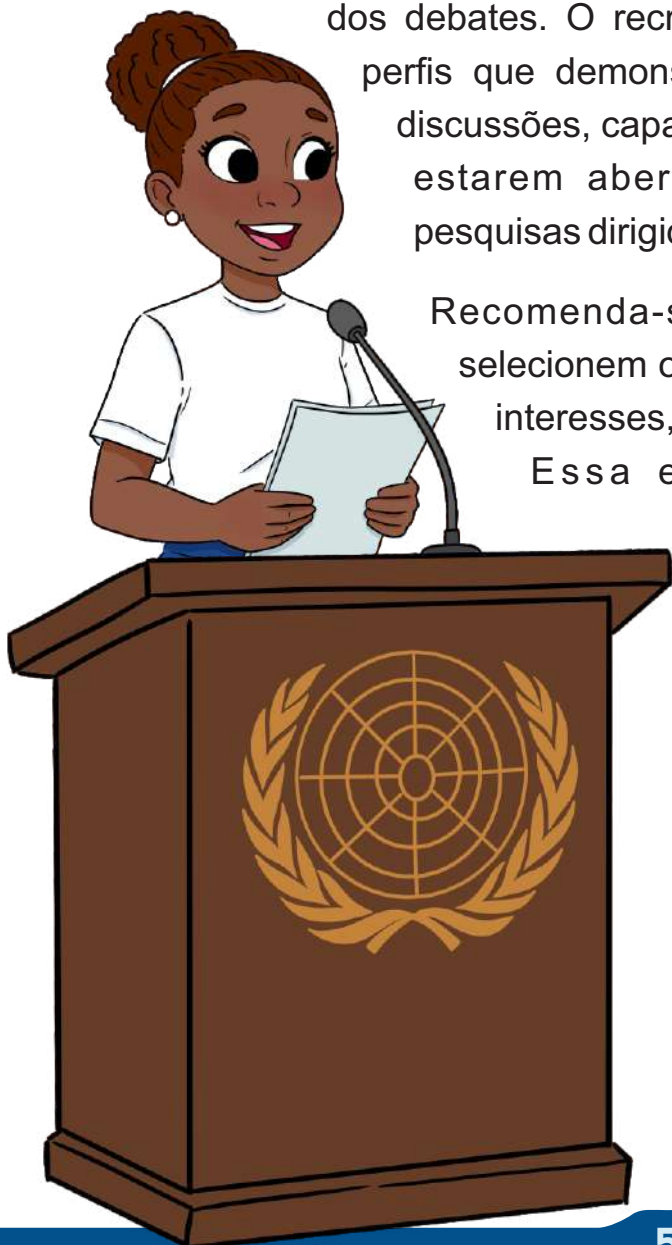
Preparação do Guia de Estudos e Dossiês

Os Guias de Estudos configuram-se como materiais didáticos produzidos pelos estudantes selecionados para compor a mesa diretora e mediadora dos debates. O recrutamento desses discentes prioriza perfis que demonstrem aptidão para a mediação de discussões, capacidade de liderança organizacional e estejam abertos para o desenvolvimento de pesquisas dirigidas sobre a temática do comitê.

Recomenda-se que os diretores-mediadores selecionem objetos de estudo alinhados aos seus interesses, curiosidades e afinidades temáticas.

Essa escolha visa potencializar o engajamento e a apropriação do conhecimento durante o processo de elaboração dos documentos orientadores. Os palestrantes também precisam apresentar os mesmos requisitos, podem contribuir de forma secundária junto aos diretores no momento da produção dos guias de estudos.

Os Guias de Estudos funcionam como indutores da pesquisa



acadêmica, fomentando nos discentes o desenvolvimento de competências essenciais, tais como leitura analítica, interpretação textual, síntese e o engajamento em debates teóricos. Nesse contexto, a escrita consolida-se como o principal instrumento de produção científica, viabilizando a elaboração de revisões bibliográficas e a construção de arcabouços históricos, sociais e econômicos fundamentais à compreensão do tema.

Na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), esse movimento manifesta-se na estipulação a Competência Específica 3 e as Habilidades EM13LGG302 e EM13LGG303 como as premissas institucionais que dialogam com o componente curricular de Língua Portuguesa.

“(EM13LGG302) Posicionar-se criticamente diante de diversas visões de mundo presentes nos discursos em diferentes linguagens, levando em conta seus contextos de produção e de circulação.

(EM13LGG303) Debater questões polêmicas de relevância social, analisando diferentes argumentos e opiniões, para formular, negociar e sustentar posições, frente à análise de perspectivas distintas”. (Brasil, 2017, pág. 493)

Do ponto de vista estrutural, os guias devem apresentar uma introdução contextualizada do tema, englobando tanto as agendas tradicionais dos comitês da ONU quanto recortes alternativos, a exemplo de assembleias nacionais, conferências internacionais e comitês históricos.

Como documento base para a preparação dos delegados, o Guia de Estudos deve reunir dados empíricos da realidade analisada, cronologia dos principais acontecimentos e o mapeamento dos atores protagonistas. Essas informações são imprescindíveis para subsidiar tecnicamente a condução das sessões deliberativas nos comitês.

A infraestrutura do comitê temático, no que inclui o arranjo espacial da sala, a ambientação para a sessão de culminância e o cronograma de atividades, deve ser coordenada pelos diretores-mediadores. Esse processo organizacional requer o acompanhamento contínuo e o suporte técnico da equipe de palestrantes e organizadores do evento.

Os palestrantes têm como atribuição a divulgação e o adensamento teórico dos conteúdos relativos aos comitês. Nesse sentido, sugere-se a reserva de um cronograma específico dedicado à apresentação das temáticas, à discussão de conceitos-chave e à instrução sobre o rito processual das sessões, assegurando o alinhamento dos debates às diretrizes metodológicas estabelecidas.

Intencionalidades da prática pedagógica:

- Proporcionar um diálogo em sala com os estudantes selecionados para compor a direção das mesas mediadoras dos comitês temáticos de Simulação, com a definição dos temas escolhidos, as regras que pretendem utilizar nos debates, com suas curiosidades e propostas;
- Discutir com os estudantes selecionados para compor a direção das mesas e a função de palestrantes como podem realizar o processo de produção dos guias de estudos;
- Organizar o processo de montagem do estudo dirigido, com pesquisas, leituras analíticas, escrita, revisão bibliográfica e utilização de dados estatísticos sobre o tema;
- Apresentar e construir formas de aprofundar os estudos nos guias já produzidos, na medida em que serão utilizados como materiais didáticos introdutórios aos debates na culminância do evento de simulação.

Como montar um guia de estudos para os comitês de Simulação?

Os guias de estudos³ constituem materiais didáticos fundamentais para introduzir os temas que orientarão os comitês de simulação, tornando indispensável que sua elaboração seja orientada por um docente organizador. Como esse documento serve de subsídio a todos os

3. Em anexo apresentamos uma sequência de estudo dirigido para a produção de um comitê de simulação da ONU – CSW 2025: Combate aos diferentes tipos de violência contra a mulher no mundo.

participantes do evento e demais interessados na compreensão das temáticas, a adoção das normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), ou de outros padrões científicos, reveste-se de grande importância, pois insere e familiariza os estudantes no ecossistema da produção acadêmica.

Inicialmente, orienta-se a inserção, nas primeiras páginas do documento, do perfil dos estudantes responsáveis pela produção, apresentando um breve memorial acadêmico daqueles que preferencialmente exercerão a função de diretores-mediadores, bem como suas respectivas afinidades intelectuais com o tema do comitê.

Nas seções subsequentes, a introdução deve fornecer uma contextualização inicial do comitê. Sendo este um órgão da ONU, cumpre recuperar o cenário histórico de sua criação, sua relevância na atualidade e o elenco de problemas prioritários que pautarão as sessões de debate.

O desenvolvimento do Guia de Estudos deve articular o percurso histórico do tema com os seus desdobramentos contemporâneos. Nesse espaço, assume relevância o mapeamento das tensões políticas e sociais, as assimetrias de poder e as intervenções da ONU ou de outras organizações multilaterais correlatas.

É salutar reservar um capítulo do material para o exame de conceitos-chave das esferas histórica, política, social ou científica fundamentais para o andamento dos trabalhos, cuja ancoragem deve se dar por meio de referências e citações de autores da área.

A apresentação de dados estatísticos por meio de tabelas e suas respectivas análises comparativas contribui para que os estudantes assimilem múltiplas perspectivas sobre um mesmo tema. Essa abordagem amplia a discussão epistemológica e diversifica as possibilidades de enfrentamento do objeto de estudo durante os debates.

Os problemas que serão abordados ao longo dos debates no comitê de Simulação precisam ser aprofundados dentro do guia de estudos, com exemplos reais atuais de como são concretizados na sociedade atual.

No caso de comitês históricos, identificar todas especificidades daquela

conjuntura do passado que será abordada, definindo marcos e datas específicas que pretendem realizar os debates no comitê.

Esses comitês com temáticas históricas podem contribuir para aprofundar estudos de períodos específicos e importantes para o Brasil e para o mundo. A capacidade inventiva e a criação de novas possibilidades históricas podem seduzir os estudantes a experimentarem novos passados, como também construirão conclusões do presente.

A definição das delegações que comporão o comitê deve ser articulada conjuntamente entre docentes e discentes, priorizando atores políticos de relevância para a temática central. No escopo de uma comissão da ONU, é fundamental selecionar Estados-membros engajados na agenda diplomática contemporânea, bem como organizações não governamentais (ONGs), organismos multilaterais e personalidades de destaque no cenário internacional.

Como montar um Dossiê de delegação para os comitês de Simulação?

Os dossiês de delegação constituem materiais didáticos produzidos pelos diretores mediadores dos comitês que são utilizados como material introdutório de posicionamento para os estudantes-delegados que vão participar dos debates nos comitês. São documentos que podem servir de subsídio para que os participantes obtenham uma apresentação prévia da delegação, inspire posicionamentos no decorrer do debate.

Os dossiês não configuram documentos normativos que determinam ou controlam posicionamentos fixos e predeterminados para a atuação das delegações. Embora os estudantes-delegados tomem essas diretrizes como ponto de partida, eles são atravessados por agenciamentos

4. Agenciamento coletivo de enunciação é um conceito construído por Deleuze e Guattari (1997a) em *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia* vol. 2, na tentativa de romper com a análise linguística tradicional de Saussure e Chomsky. Defendem que não existe um sujeito individual que fala, de modo que a enunciação é resultado de um agenciamento coletivo produzido por um conjunto de instituições, leis, costumes e relações de poder.

coletivos de enunciação ao longo dos debates. Consequentemente, a construção consensual de propostas de resolução para as problemáticas coletivas pode conduzir a posicionamentos que divergem das delimitações documentais originais.

Figura 3 – Dossiê produzido na SiGI 2025



Bangladesh

Bangladesh é um país Asiático quase todo rodeado pela Índia, fazendo também fronteira com Myamar e com o mar de Bengala.

O clima úmido na região é a quantidade de planícies alagáveis pelos rios que a cruzam tomam o país extremamente propício para agricultura.

Em 1971, o país conquistou sua independência do Paquistão.

O país possui uma economia crescente, baseada principalmente na indústria têxtil, entretanto, ainda possui uma população desigual, com altos índices de pobreza e subemprego.

Contexto Histórico

Tendo lançado sua economia de mercado no pós independência, ou seja, de forma recente, a fração trabalhadora de Bangladesh, considerada mão de obra mais barata do mundo, sofre com péssimas condições de trabalho, situação escancarada pela manifestação de 2006, reprimida violentamente, contra o incêndio que matou dezenas de trabalhadores numa indústria têxtil.

Para além disso, por ser um país localizado pouco acima do nível do mar, sempre esteve suscetível à mudanças climáticas de maneira extrema, correndo o risco de afundamento e com uma população afetada por inundações, tornados e ciclones durante o período úmido.

Para além disso, a agricultura e indústria ainda contaminam de maneira extrema o solo, em

especial por arsênico, que expõe mais de 70 milhões de bengalis à intoxicação pela água.

Bangladesh e as Questões Ambientais

No contexto da Rio+30, Bangladesh ocupa a posição de um dos países mais poluídos do mundo, onde a contaminação do Rio que abastece a população é altíssima e o índice de qualidade do ar bengali se encontra na pior categoria. Assim, o governo de Bangladesh é pressionado a operar mudanças econômicas que reduzam as emissões fluviais e atmosféricas, a fim de melhorar a qualidade de vida da população, evitando contaminação em massa.

Para além disso, o advento das mudanças climáticas impactam diretamente a população, que frequentemente se encontra em situação de secas prolongadas que afetam a agricultura, e problemas de desabituação da população devido às inundações cada vez mais frequentes nas planícies.

O país também se encontra em risco de afundamento, haja vista o aumento exorbitante do nível do mar, que alcança cada vez mais rápido o território continental, iniciando um movimento de migração do local, que preocupa o governo interno a comunidade internacional.



Na figura 3 podemos observar o dossiê do comitê Conferência das Partes – Cop 35 – Rio de Janeiro, na Simulação Geopolítica do IFES – SiGI 2025, com a delegação da República Popular de Bangladesh. Podemos observar que o documento prioriza informações sobre a localização geográfica do país, suas características climáticas, com o contexto histórico da formação política, econômica e social do país.

É fundamental que o dossiê, elaborado conjuntamente pelos estudantes organizadores, diretores e palestrantes, reúna informações detalhadas sobre o posicionamento geopolítico de cada país em relação à temática central. O documento deve explicitar as problemáticas enfrentadas por cada Estado-membro e mapear a conjuntura na qual a delegação se situa diante dos conflitos identificados no momento das discussões.

Como recurso pedagógico de construção conjunta entre o corpo docente e a equipe organizadora, o dossiê configura-se como o referencial introdutório voltado a facilitar a preparação dos participantes e estimular o debate. A divulgação desse documento, logo após a finalização de sua redação, fica a cargo das mídias integradas geridas pelo comitê de imprensa.

Elaboração da crise – pautas surpresas nos comitês de Simulação:

Durante as simulações, as delegações enfrentam uma etapa dinâmica e de alta complexidade denominada 'Crise'. Esse momento caracteriza-se pela velocidade das discussões, pela necessidade de conciliar discursos e resoluções urgentes, e pela exigência de respostas rápidas a problemas em constante mutação.

As 'Crises' para cada comitê podem ser elaboradas e executadas por um comitê específico, no caso 'Comitê de Crise', com seus próprios participantes. Mas também podem ser pensadas e realizadas por diretores mediadores junto aos seus palestrantes-voluntários. Este momento excepcional precisa ser articulado com os problemas que são discutidos

nos temas dos comitês, construído como uma pauta diferente da agenda de debates elaborados para os debates.

Durante a realização da Simulação Internacional Marista (SIM) da Escola Marista Champagnat Terra Vermelha (EMCTV) em 2025, o comitê G20 – Grupos das 20 maiores economias do Mundo – foi elaborado a seguinte 'Crise' para as delegações resolverem em um tempo de 40 minutos:

“As taxações impostas pelos EUA geraram uma onda de taxações sobre produtos importados e exportados no mundo inteiro. Assim o preço dos alimentos e produtos ficaram muito caro para os mais pobres. Isso aumentou a pobreza e miséria. O comitê do G20 não está resolvendo esses problemas. Um grupo de manifestante de países pobres exige o fim das taxações de importações e exportações de produtos agrícolas e manufaturados” (Crise no Comitê de Simulação G20, ANEXO B deste Caderno Pedagógico).

A dinâmica da crise oferece aos participantes a oportunidade de experienciar novas perspectivas resolutivas sob condições de alta intensidade. Esse exercício testa habilidades adaptativas essenciais, como a gestão do tempo e a deliberação coletiva, além de flexibilizar o formalismo das regras regimentais em favor de debates mais fluidos e disruptivos.

6ª Experimentação:

Preparação para o evento de Simulação ONU



A etapa preparatória para a simulação exige a articulação entre a investigação temática e o exame de conceitos específicos, compreendendo a contextualização histórica, a análise de dados e a elaboração de propostas de resolução para as problemáticas identificadas. Paralelamente, faz-se indispensável que os participantes compreendam a dinâmica e a aplicabilidade das regras dos debates estabelecido pela mediação para o evento de culminância.

O docente orientador e a equipe organizadora — compreendendo a secretária-geral, os diretores-mediadores e os palestrantes — devem articular, durante a preparação, reflexões acerca das posturas diplomáticas preconizadas para as sessões de debate e para o evento de forma geral. Essa conduta deve congrega um conjunto de práticas pautadas no respeito mútuo, na tolerância, na

comunicação não violenta e na proposição de resoluções estritamente alinhadas aos princípios dos direitos humanos.

A realização de simulações preliminares com temáticas distintas das pautas oficiais dos comitês constitui uma etapa relevante na preparação para a culminância da conferência. Esse processo formativo pode ser coordenado pelos diretores-mediadores e pelos estudantes-palestrantes, utilizando-se, como subsídio metodológico, guias de estudos elaborados por outras simulações consolidadas no cenário nacional, a exemplo do acervo histórico disponibilizado na plataforma digital da Mini-ONU PUC Minas.

Intencionalidades da prática pedagógica:

- Proporcionar um diálogo em sala com os estudantes participantes acerca da importância de compreender as regras dos debates realizados nos comitês de Simulação;
- Promover com os estudantes-delegados estudos aprofundados nos guias de estudos e dossiês temáticos de delegação;
- Articular com os estudantes organizadores – diretores e palestrantes – formas de apresentarem o tema debatido, os conceitos abordados, contextos históricos e dados fundamentais para a compreensão dos temas dos debates nos comitês de simulação;
- Realizar simulações preparatórias com temas diferentes dos estabelecidos para os comitês de simulação, as práticas precisam adotar todas as regras que serão utilizadas na conferência de culminância;

Escaneie o QR Code e acesse a página oficial da Mini-ONU PUC Minas com guias de estudos dos comitês de Simulação das edições anteriores.



O que fazer? Sugestão de práticas pedagógicas para serem desenvolvidas com os estudantes.

Vamos promover um guia do delegado:

O papel do delegado é fundamental no escopo das simulações, visto que a representação de nações, figuras públicas ou organizações não governamentais (ONGs) configura o eixo dinâmico do projeto. É a partir dessa atuação que se articulam as discussões teóricas e se formulam as propostas de intervenção para os problemas coletivos em pauta.

O Guia de Delegados editado pela Mini-ONU PUC Minas prescreve normas regimentais e comportamentais essenciais à integridade do evento. Essas balizas normativas estendem-se do cumprimento de horários e da deferência à mesa diretora à proibição de substâncias ilícitas e do plágio na produção textual. O material confere centralidade à inclusão social e ao enfrentamento de condutas opressivas — a exemplo do racismo e da LGBTfobia —, amparando-se em um glossário normativo de condutas vedadas. Há, ainda, recomendações sobre a indumentária utilizada, alertando para a necessidade de responsabilidade cultural na representação estética das delegações.

Dentre os parâmetros exigidos dos discentes, destaca-se o decoro diplomático, cuja aplicabilidade abarca tanto o debate temático oficial quanto as interações informais nos ambientes de convivência. O regulamento veda qualquer prática passível de gerar constrangimento aos integrantes do evento. Nesse sentido, proíbe-se de forma peremptória o plágio, bem como o uso abusivo do discurso acadêmico como ferramenta de silenciamento ou deslegitimação das experiências de outrem, coibindo assimetrias intelectuais excludentes.

No contexto decisório, o combate às opressões constitui um pilar fundamental para a manutenção de um decoro diplomático livre de preconceitos, tornando intolerável qualquer manifestação de caráter sexista, racista, LGBTfóbica ou xenofóbica. O respeito ao direito de minorias políticas se pronunciarem deve ser promovido como um exercício essencial de alteridade; contudo, esse constructo não deve ser utilizado como mecanismo de veto ou deslegitimação do discurso dos demais delegados. Ademais, mesmo nos cenários em que o país representado

adote diretrizes estatais discriminatórias, exige-se do delegado extrema atenção ética ao defender tal política externa, salvaguardando a integridade do debate.

Os delegados devem empenhar-se na condução de debates que operem como zonas de aprendizagem mútua e de reconfiguração das leituras da realidade. Esse movimento pedagógico visa à elaboração de propostas que não apenas tolerem, mas valorizem o respeito à diferença e a emergência de novas singularidades, consolidando o comitê como um ecossistema pautado pelo interesse do comum.

Vamos coletivamente criar regras diplomáticas para os nossos debates:

- Divida a turma em grupos, com três (3) ou quatro (4) componentes;
- Distribua para cada grupo folhas A3 e *canetinha hidrográfica ou marcador*;
- Explique que as regras nos debates não existem para punir, mas para organizar os debates para que todos tenham liberdade de se expressar e sejam respeitados em suas diferenças;
- Apresente aos estudantes alguns posicionamentos da ONU que corresponde decoros diplomáticos durante os debates. Exemplos: não é possível discursos a favor da pena de morte; discurso de intolerância a grupos LGBTQIA+; discursos xenofóbicos;
- Com base na *Carta das Nações Unidas*, peça aos estudantes que criem uma proposta de regra para o debate de modo a preservar a liberdade de expressão sem ferir os direitos humanos fundamentais dos outros;
- Cada grupo precisa criar um discurso de 1 minuto e 30 segundos argumentando a regra defendida e escrita na folha A3. Em seguida, com a mediação de estudantes-diretores de mesa, a turma realiza uma votação com aprovação sob maioria simples (50%+1);
- Com as regras aprovadas pela turma, criar um painel coletivo para ser exposto para toda a escola e para os participantes da Conferência de Simulação da ONU.



**Escaneie os QR Codes e
acesse páginas online de
reportagens e vídeos sobre
os temas debatidos:**



Vamos promover palestras sobre os temas que serão debatidos nos comitês de Simulação:

A função de palestrante foi concebida durante a execução da Simulação Internacional Marista (SIM) na Escola Marista Champagnat Terra Vermelha (EMCTV), no período de 2022 a 2025. Sua criação decorreu de uma proposição dos estudantes, os quais identificaram a necessidade de subsidiar o debate devido à complexidade teórica dos temas inicialmente abordados nos comitês.

Sob a supervisão dos professores orientadores, o estudante-palestrante assume a responsabilidade de adensar o referencial teórico das pautas, mapear conceitos-chave e desenvolver apresentações sob a forma de aulas expositivas e dialogadas. Essa dinâmica viabiliza um processo inovador de transposição didática protagonizado pelos próprios discentes, aproximando os participantes das temáticas em discussão.

Esse processo exige incentivar os estudantes-palestrantes a realizarem uma investigação densa das temáticas deliberadas. A partir desse estudo, cabe a eles estruturar recursos didáticos e apresentações que facilitem a apropriação dos conteúdos por parte dos demais participantes, incorporando práticas pedagógicas lúdicas capazes de potencializar o engajamento coletivo.

Vamos montar palestras sobre os temas presentes nos comitês de Simulação:

- Definir os temas com os estudantes-palestrantes de acordo com o comitê de Simulação (exemplo: Comitê CSW Combate a violência

contra a Mulher – temas das palestras podem ser a construção dos significados dos conceitos de Feminismo, Feminicídio; ou os diferentes tipos de violências sofridas pelas mulheres atualmente; ou histórico de lutas femininas por direitos no Brasil e no Mundo);

- Estabelecer com os estudantes-palestrantes um estudo aprofundado dos *Guias de Estudos* produzidos junto aos diretores mediadores;
- Realizar uma aula com os estudantes-palestrantes com o docente orientador para discutir pontos que mais tiveram dúvidas e discutir as melhores formas de conduzir os temas com os estudantes-delegados que participarão da palestra;
- Construir com os estudantes-palestrantes e o docente orientador três (3) questões para serem respondidas antes, durante e após as apresentações (uma questão introdutória, outra questão que podem ser respondidas durante as palestras e uma como conclusão das atividades);
- O professor atua, junto dos diretores da mesa, como mediador do processo após apresentações de 15 a 20 minutos por temas, com as possibilidades de atuações dialógicas e abertos a discussões com as questões produzidas.

Vamos realizar a preparação com Simulações:

Promover debates experimentais antes do evento principal apresenta-se como uma estratégia pedagógica de grande relevância, assegurando a apropriação prévia das regras de procedimento pelas delegações. Simultaneamente, a atividade funciona como um laboratório de expressão oral, propiciando aos discentes o ganho de fluência comunicativa, segurança e desinibição diante do público.

A atuação dos diretores na mesa de mediação é essencial para introduzir os participantes no fluxo procedimental do comitê. Se adotadas as normas de debate detalhadas no Capítulo 4, faz-se necessária uma etapa preparatória dedicada à explicação detalhada de cada seção regimental. Todavia, a consolidação cognitiva desse aprendizado pelos discentes pressupõe a vivência prática e o exercício efetivo das simulações.

O portal eletrônico da Mini-ONU PUC Minas disponibiliza publicamente o acervo de comitês de simulação realizados em edições anteriores, permitindo livre acesso a toda a comunidade escolar. A consulta e o uso desses documentos em rede constituem subsídios pedagógicos relevantes, capazes de contribuir para a realização da preparação profícuos.

**Escaneie os QR Codes e acesse os
comitês de Simulação de anos anteriores
da Mini-ONU PUC Minas.**



7ª Experimentação:

Montagem e realização do evento

O evento final da Simulação é quando ocorre o funcionamento dos comitês de Simulação da ONU ou comitês que foram escolhidos para ser Assembleias, Congressos Nacionais, Conferências ou Tribunais. Neste momento é que o trabalho dos participantes está focado em ciclos que se estabelecem em três componentes cruciais: debates, negociações e tomada de decisões com as propostas de resolução dos problemas definidos.



Nesta fase, as sessões deliberativas consolidam os debates projetados desde as etapas iniciais da pesquisa, convertendo o espaço do comitê em uma arena de resolução de problemas. Para

tanto, torna-se sob ordem da vez que as delegações estudantis demonstrem a apropriação conceitual dos guias de estudo e o domínio dos posicionamentos dos dossiês temáticos de suas respectivas representações.

Na etapa conclusiva do projeto, os esforços convergem para a execução da conferência de simulação. Torna-se importante estruturar o protocolo de abertura e

encerramento, o qual abarca os pronunciamentos iniciais dos secretários-gerais e a apresentação dos diretores-mediadores, responsáveis por delinear a dinâmica de seus respectivos comitês. Embora os discursos do docente orientador ou da gestão pedagógica sejam facultativos, dado que o protagonismo do processo recai sobre os discentes organizadores, sua inclusão pode compor a solenidade. Como elemento opcional a esse rito inaugural, admite-se a realização de apresentações culturais propostas pelos estudantes, desde que sintonizadas com a temática diplomática do evento.

A sessão de abertura e a totalidade do evento de culminância da Conferência de Simulação da ONU devem ser documentadas, registradas e veiculadas pelo comitê de imprensa. Nesse estágio, torna-se fundamental intensificar as ações integradas de comunicação por meio dos canais de mídia estruturados pelo próprio comitê ao longo do projeto, assegurando a ampla difusão das atividades realizadas.

Neste capítulo vamos discutir a produção do Documento de Posição Oficial (DPO), produção prioritária por delegados para introduzir suas participações nos comitês de simulações. A redação desse documento torna-se uma prática de pesquisa e escrita que contribuem para o processo de aprendizagem dos estudantes-participantes.

Adentrar na sugestão de formas de produção de uma proposta de resolução são também um momento de importância neste capítulo. Os comitês de Simulação possuem como objetivo principal a resolução de problemas que afligem a sociedade global, a compreensão acerca da estrutura e da produção desse documento concorre para a consolidação e o amadurecimento do processo de aprendizagem.

Intencionalidades da prática pedagógica:

- Estabelecer uma interlocução com os secretários-gerais para o planejamento da sessão de abertura e encerramento da Conferência de Simulação da ONU, definindo o protocolo cerimonial, a ordem dos discursos, as intervenções culturais e o fluxo de desenvolvimento do evento;
- Promover com o comitê de imprensa a divulgação da programação

do evento de Conferência, com a abertura, as sessões de debates nos comitês e o encerramento;

- Articular com o comitê de imprensa o sua atuação e funcionamento ao longo dos dias do evento de Conferência, com entrevistas, produção de material audiovisual, postagens e publicações;
- Ensinar a escrita do Documento de Posição Oficial (DPO) para todos os participantes-delegados dos comitês e Propostas de resolução.
- Definir com os diretores mediadores como será a organização, ornamentação e articulação dos comitês de Simulação nos dias de Conferência.

O que fazer? Sugestão de práticas pedagógicas para serem desenvolvidas com os estudantes.

Vamos definir a programação da Conferência de Simulação ONU

Nesta etapa do projeto, prioriza-se a interlocução com os estudantes que exercem a secretaria-geral, orientando-os na estruturação dos protocolos de abertura, na cronologia das sessões e no encerramento do evento. Sob a perspectiva da mediação docente, cabe ao professor orientador estimular a investigação, o debate entre pares e o exercício da criatividade discente na condução e no desenho metodológico da programação.

Com a programação definida, fica a cargo do comitê de imprensa a sua divulgação o mais cedo possível. Como também, efetuar a interação dos estudantes-delegados por meio de plataformas de comunicações digitais, grupos em redes sociais ou aplicativos de mensagens instantâneas, para informar aspectos importantes da Conferência, tais como a forma de escrever uma resolução, regulamentos internos e regras de debates por comitê, discussões sobre quais os grupos regionais ou políticos com maior probabilidade de apresentar resoluções em cada comissão.

Fica a cargo dos organizadores, dentre docentes e discentes, a definição do número de dias e momentos em que vão acontecer a Conferência de Simulação da ONU. Abre-se a possibilidade para que o primeiro dia aconteça o credenciamento dos participantes, com cada delegado sendo direcionado para ocupar o seu comitê de simulação, com as informações necessárias para a realização da programação.

Neste mesmo dia ocorre a cerimônia de abertura, momento importante que precisa ser conduzido pelos secretários-gerais sob a orientação do docente responsável do projeto. Precisa ser efetuado o discurso de abertura, a apresentação de todos os estudantes organizadores, com diretores mediadores, palestrantes-voluntários, com as funções que cada um precisa realizar ao longo da conferência. Sob tons protocolares, cada um dos discursos proferidos precisam contemplar a busca por consensos nos processos de resoluções de problemas que primordialmente serão realizados dentro dos comitês de simulação. Além de se destacar a construção de um ambiente diplomático, o qual prevaleça o respeito mútuo e discursos que tenham como objetivo a paz.

A programação cultural precisa ser inserida neste momento inicial, com a apresentação artística de alguma atividade, preferencialmente, protagonizada pelos próprios estudantes. Durante o processo de organização do projeto, averiguar entre todos os estudantes participantes quais gostariam de realizar apresentações artísticas que possam ser inseridos na programação cultural do evento. As intervenções culturais podem ser intercaladas no momento da abertura, entre os intervalos na programação e ou no encerramento do evento.

No segundo dia, os debates iniciam dentro dos comitês de Simulação, com a intermediação dos diretores mediadores. Os debates podem acontecer nos períodos da manhã, com intervalos de acordo com as necessidades de cada comitê, com sessões acontecendo também durante o período vespertino.

A condução dos trabalhos deve priorizar o cumprimento da agenda de pautas definida pela mediação. Paralelamente, o planejamento dos estudantes organizadores, com diretores e palestrantes, prevê a inserção

estratégica de 'crises', utilizadas para quebrar a previsibilidade do comitê. Esse procedimento introduz novos desafios factuais, desafiando os delegados a mobilizarem competências de resolução de problemas em tempo reduzido.

Em um terceiro dia, acontece os últimos momentos de debates, com a necessidade de alcançar todas as pautas estabelecida pela agenda definida pelos diretores mediadores. No momento da tarde pode acontecer a cerimônia de encerramento.

Como redigir um Documento de Posição Oficial (DPO)⁵?

O Documento de Posição Oficial – DPO – precisa ser redigido e entregue na mesa diretora-mediadora dos debates em cada um dos comitês em que um estudante-delegado for participar. Esse documento detalha as posições das representações em cada comitê.

Neste documento, segundo o *site oficial* MINI ONU PUC Minas, é o momento em que o delegado detalha qual será o posicionamento de sua representação sobre o tema tratado no comitê em que faz parte. O DPO precisa conter apenas uma página, em que deve ser indicado o nome do país e do delegado que o representa, com a escola em que está matriculado, logo no início do documento.

A MINI ONU PUC Minas ressalta que se possível, coloque no cabeçalho o Brasão do Ministério das Relações Exteriores do país representado. No caso de uma organização internacional, use a logomarca da mesma. Atentem ainda para o fato de que o DPO deve conter informações que diz respeito à posição do ator internacional na negociação em questão e deve ser objetivo. Logo, a informação sobre quantos habitantes tem o país só é relevante se tiver alguma relação com o tema do comitê. Por exemplo: Se você discutirá segurança alimentar, é relevante fornecer informações

5. Em anexo apresentamos uma sequência de estudo dirigido para a produção de um comitê de simulação da ONU – CSW 2025: Combate aos diferentes tipos de violência contra a mulher no mundo.

como o número de habitantes e a produção interna de alimentos. Entretanto, isso tem pouca relevância se a discussão é um conflito em outro continente.

O DPO, ou Documento de Posição Oficial, é o documento que os delegados redigem para apresentar a opinião oficial da delegação que eles defendem a respeito do tema em questão. Em outras palavras, ele é a forma que os delegados têm de apresentar seu posicionamento para os demais, antes das discussões. Os DPOs devem ser entregues à mesa dos mediadores (diretora) no primeiro dia de simulação, e estarão disponíveis para o acesso de todos os delegados durante as simulações. Vale lembrar que, como o DPO é um documento oficial, ele contém o posicionamento e ideias de soluções referentes à delegação, e não à opinião pessoal do delegado.

O DPO deve ter no máximo uma página, e conter um cabeçalho contendo o nome do delegado, sua representação, seu comitê e sua escola. Ele deve ser escrito numa fonte limpa, sem exageros, então abra mão da Comic Sans e adote a Arial ou a Times New Roman. Tamanhos 11 e 12 são recomendados. Além disso, o DPO deve apresentar o brasão de armas da delegação, de preferência no canto superior direito do cabeçalho, e pode também apresentar a bandeira.

Em questão de conteúdo, um DPO padrão pode ser dividido em três parágrafos; o primeiro contém uma breve introdução a respeito da delegação e sua relação com o tema. O segundo contém maior desenvolvimento a respeito do tema e do posicionamento da delegação. Por fim, o terceiro contém as expectativas do delegado em relação às discussões, bem como possíveis alternativas para a solução do problema. Mas é claro, essa não é uma forma fixa; sinta-se à vontade para fazer seu DPO da forma que achar melhor. A lista a seguir apresenta possíveis elementos a serem abordados, como uma forma de guiar os senhores em seu processo de escrita:

- Breve introdução e abordagem histórica do seu país em relação ao tema. Inclua fatos e ocorrências históricas somente se forem pertinentes ao que será discutido nos comitês. Uma aula de história sobre o país é desnecessária.

- Explique como o tema do comitê afeta a sua representação.
- Apresente medidas e políticas adotadas por sua representação no que se refere ao tema, preferencialmente com justificativas para as mesmas.
- Se possível, inclua citações de líderes de sua representação que sustentem ou ilustrem um ponto abordado no documento.
- Aponte ações ou pronunciamentos de outros agentes internacionais (países e organizações) com os quais sua representação concorda ou discorda, com justificativas.
- Mencione as expectativas de sua representação no que diz respeito à resolução e às medidas que devem ser tomadas para solucionar o problema proposto pelo comitê.

Como criar uma proposta de resolução?⁶

As diretrizes e os parâmetros estruturais para a confecção do projeto de resolução detalhados neste tópico resultam da colaboração de estudantes experientes em modelos como a Mini-ONU PUC Minas, SiGI e a SIM, configurando um diálogo tecido por múltiplos fluxos de saberes e vivências práticas. Como instrumentos propositivos, as propostas de resolução condensam as medidas formuladas pelas delegações para o enfrentamento das pautas em debate. A existência de modelos de referência subsidia a formatação ideal para a submissão desses textos à mesa diretora, cabendo aos delegados articular a defesa de suas teses junto ao colegiado com vistas à aprovação em plenária.

Definidas como os instrumentos formais do comitê, as propostas de resolução materializam as soluções desenhadas pelas delegações para as problemáticas em debate. Para facilitar a interlocução com a mesa de diretores, há modelos normativos que servem de diretriz para a apresentação escrita. O processo culmina no exercício da argumentação e

6. Em anexo apresentamos um modelo de Proposta de Resolução usados em Simulações como Mini-ONU PUC Minas, SiGI e a SIM.

da diplomacia, momento em que os estudantes defendem suas propostas perante o corpo de delegados e buscam a aprovação consensual por meio do voto.

Observe o modelo:

Texto acerca do tema do comitê, *verbo no gerúndio mais uma meta relacionada ao comitê em itálico: Visando a melhoria da educação nos complexos carcerários.*

O ideal são três frases no preâmbulo,

1. Se for um comitê mandatório (Ex: CSNU) as palavras utilizadas são de ordenança como: ordena, manda, exige etc
2. Se for um comitê recomendatório (Ex.: OMS, CDH) as palavras utilizadas nos tópicos são de recomendação como: urge, recomenda etc.
3. O ideal é que ao final do comitê se tenha uma proposta de resolução para cada tópico da agenda.
4. A proposta deve conter a solução de todos subtópicos da agenda englobando o maior número de países possível na negociação para a melhor aceitação na hora da votação.
5. É recomendado que os delegados não criem organizações novas se estas já existem apenas com outro nome e/ou funções a mais.
6. A proposta de resolução deve ser feita objetivando soluções reais e efetivas.

Colaboradores da proposta de resolução:

Atesta as delegações responsáveis pela confecção da proposta, com limite de até seis delegações.

Signatários:

Os signatários não são apenas aqueles que concordam com a proposta, mas sim todos os países que desejam que esta seja lida e votada.

Segundo Nações Unidas (2020), o aperfeiçoamento da capacidade de negociação configura um dos pilares mais significativos da participação em conferências internacionais. Entendida como o processo estratégico voltado à construção de consensos, a negociação visa assegurar que os demais atores encontrem estímulos convergentes para alcançar um resultado compatível com seus próprios objetivos. Uma vez que a consecução das metas de uma representação diplomática depende intrinsecamente do alinhamento com as demais delegações, a preparação prévia apresenta-se como um requisito imperativo. Desse modo, o êxito dos negociadores está diretamente vinculado à elaboração de um planejamento tático e estruturado.

Caminhos para a votação de uma proposta de resolução dentro dos comitês de Simulação:

1º Após a introdução da Proposta de Resolução, é convidado um signatário para fazer a leitura das Cláusulas Operativas da proposta apresentada. Normalmente esse signatário é o primeiro na lista;

2º Abre-se uma lista de oradores especial para discussão da Proposta de Resolução. Quando os debates cessarem, a lista deve ser fechada ou encerrada.

3º Após encerrada a lista de oradores especial, a Mesa Diretora inicia automaticamente o processo de votação da Proposta de Resolução. Caso não haja nenhuma moção pedindo a modificação. A votação será padrão, com o levantamento de plaquinhas.

Caso a votação atinja 2/3 dos delegados, aprovação.

Utilização do reconhecimento de delegados destaques por meio da menção honrosa:

A Menção Honrosa é uma premiação de reconhecimento pela ótima participação de um delegado durante os debates dentro do Comitê de Simulação. A função desse prêmio não é estimular a competitividade ou a alta performance dos delegados participantes dos comitês, mas

reconhecer aqueles que buscaram realizar a cooperação, fraternidade, empatia e a produção de propostas que trouxessem o bem comum para todos os diferentes posicionamentos e diferentes interesses.

Esse reconhecimento é escolhido pelos estudantes-diretores mediadores para cada comitê. Manter um ambiente de diálogo e recomendações para que os delegados não encarem esse processo de forma competitiva e performática torna-se muito importante para que não rompa com o objetivo principal do projeto que é a busca por resoluções de problemas por meio do consenso e para o bem comum coletivamente.

A decisão de adotar ou preterir a menção honrosa para homenagear os estudantes de maior destaque fica a critério da comissão organizadora e da coordenação pedagógica. O modelo de simulação proposto, por se estruturar em dinâmicas dialógicas, não depende de incentivos meritocráticos para impulsionar a dedicação dos participantes. Torna-se necessário, portanto, sustentar um debate aberto sobre a importância de evitar o clima de rivalidade, assegurando o caráter solidário do ambiente de aprendizagem.

No *Guia de Orientação para a Realização da Simulação Internacional Marista (SIM) 2026* da EMCTV foi listado dez (10) que os delegados precisam atingir para alcançar essa homenagem:

1. Participação ativa e constante (sem ser dominante)

- O delegado participa sempre que pode.
- Contribui para o respeito a pluralidade de ideias.
- Demonstra escuta ativa e respeito.
- Tentar criar propostas que busquem o bem comum.

2. Clareza de argumento e coerência diplomática

- Explica as ideias com lógica.
- Conecta suas falas com o posicionamento real do país.
- Consegue responder a ataques e perguntas sem fugir do tema.

- Realiza críticas aos posicionamentos dos delegados, mas não ataques pessoais.

3. Escrita, colaboração em blocos na construção das resoluções, propostas e projetos de lei e afins, mediação de conflitos e tensões.

- Propôs resoluções, projetos de lei e afins ao comitê.
- Ajudou a escrever cláusulas, tópicos das propostas de resoluções.
- Ajudou a unir países com visões diferentes.
- Tentou mediar conflitos dentro do bloco.

4. Capacidade de negociação

- Mostra maturidade ao negociar acordos.
- Aceita compromissos quando necessário.
- Não tenta impor sua vontade, mas sim buscar a colaboração.

5. Uso correto de regras de procedimento

- Levanta moções adequadas.
- Sabe trabalhar com tempo de fala.
- Demonstra segurança nas normas do comitê.

6. Criatividade e relevância das propostas

- Apresenta soluções reais, possíveis e bem pensadas.
- Constrói cláusulas originais e eficazes para o problema debatido.

7. Maturidade diplomática

- Mantém postura profissional.
- Lida bem com pressão ou atritos.
- Age com respeito com todos.

8. Evolução ao longo do comitê

- Se a pessoa começou tímida e foi evoluindo, buscou formas de se desinibir
- Mostra esforço real, vontade e crescimento.

9. Capacidade de representar o país de forma fiel

- Usa dados, contexto histórico e geopolítico do país.
- Mantém coerência política mesmo nos debates mais quentes.

10. Atitude inclusiva e colaborativa

- Incentiva outros delegados a participar dos debates e diálogos.
- Dá espaço para quem fala menos.
- Ajuda o comitê a fluir, não trava as discussões.

De acordo com Mordente (2023), a educação performativa e competitiva constitui um dos problemas centrais da lógica neoliberal no ambiente escolar. Esses pilares alinham-se às demandas do mercado financeiro e corporativo, de modo que a educação perde seu caráter de direito social e passa a ser tratada como bem privado e mercadoria. Esse processo desloca o foco da formação humana em direção à eficiência produtiva, reduzindo o valor do estudante ao seu potencial de retorno econômico.

Mordente (2023) utiliza o conceito de 'sociedade de desempenho' para descrever como a educação competitiva molda indivíduos que se veem como empresas. Isso gera no estudante uma liberdade coercitiva, na qual o estudante se sente obrigado a se auto explorar constantemente para ser 'melhor' que os outros, o que resulta em cansaço crônico e esgotamento.

O projeto de simulação da ONU proposto neste caderno pedagógico visa desconstruir a racionalidade educativa neoliberal. Os debates são orientados à construção de consensos coletivos, de modo que as formas inventivas e criativas de resolução dos problemas globais sirvam como vetores para novos processos decisórios na vida dos participantes. Trata-se de um espaço em que a singularização, a multiplicidade do aprendizado e a produção do conhecimento tornam-se plenamente possíveis.

As menções honrosas precisam ser utilizadas para dar visibilidade aos processos coletivos de aprendizagens dos delegados e escolas participantes, para se desvincular do apenas dar destaque individualmente aos participantes.

A partir deste momento, cabe àqueles que acessam este caderno pedagógico conceber as melhores estratégias para a realização de sua própria simulação, adequando-a aos desafios e às especificidades de seu respectivo ambiente escolar.

Considerações de um produto educacional

As práticas sugeridas neste caderno pedagógico são resultadas do compartilhamento de experiências realizadas durante nosso processo de cartografia de pesquisa realizado na Escola Marista Champagnat Terra Vermelha (EMCTV) mediante a realização da Simulação Internacional Marista (SIM), entre 2022 a 2025.

Neste processo de pesquisa-intervenção, constamos uma ampla rede de conversações que envolviam docentes e discentes que participaram ativamente, na função de organizadores, colaboradores ou protagonistas de simulações na Simulação Geopolítica do IFES (SiGI) e a Mini-ONU PUC Minas. Foram desenvolvidos fluxos incessantes de experimentações, descobertas, diálogos, debates e a presença de estudantes e professores dispostos a construir relações horizontais com a produção de conhecimento e aprendizagem.

Nosso intuito com o desenvolvimento deste produto educacional é devolver à sociedade, a comunidade acadêmica e escolar, contribuições teóricas, metodológicas e curriculares, que possam fomentar diferentes práticas pedagógicas enriquecedoras, com a abertura para processos de subjetivação que priorizem a singularidade e multiplicidade por cada estudante.

As práticas sugeridas neste caderno pedagógico não são diretrizes rígidas, para serem implementadas como um modelo fixo, mas um campo aberto a inspirar professores e futuros professores para adaptar as ações aos seus contextos educativos e às especificidades de cada discente.

Em suma, as diferentes experimentações pedagógicas apresentadas neste caderno visam fortalecer e ampliar as discussões sobre o uso e a integração dos múltiplos caminhos fissurados no currículo maior que podem ser reorientados a ações inventivas e criativas.

Agradecemos, com profundidade e afeto, a todos os professores, orientadores e gestores pedagógicos, estudantes-delegados, estudantes-palestrantes, estudantes-diretores, estudantes-imprensa e estudantes-secretários-gerais, que gentilmente contribuíram para compor essa pesquisa-intervenção que resultou neste produto educacional.

Bom trabalho a todos e o nosso muito obrigado.

Referências Bibliográficas:

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Ministério da Educação. 2017.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**: 1972-1990. Tradução de Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 1992.

DELEUZE, Gilles. **Diferença e repetição**. Tradução de Luiz Orlandi, Roberto Machado. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2018.

DELEUZE, Gilles. **Lógica do sentido**. Tradução de Luiz Roberto Salinas Fortes. São Paulo: Perspectiva, 2015.

DELEUZE, Gilles. **Proust e os signos**. Tradução de Antonio Piquet e Roberto Machado. 2. ed. São Paulo: Forense Universitária, 2003.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O anti-édipo**: capitalismo e esquizofrenia 1. Tradução de Luiz B. I. Orlandi. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2011.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia vol. 1. Tradução de Ana Lúcia Oliveira, Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. Rio de Janeiro: Editora 34, 2024a.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia vol. 2. Tradução de Ana Lúcia Oliveira, Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. Rio de Janeiro: Editora 34, 1997a.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia vol. 3. Tradução de Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. Rio de Janeiro: Editora 34, 1996.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia vol. 4. Tradução de Suely Rolnik. São Paulo: Editora 54, 1997b.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia** vol. 5. Tradução de Peter Pál Pelbart e Janice Caiafa. São Paulo: Editora 34, 1997c.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O anti-édipo: capitalismo e esquizofrenia** 1. Tradução de Luiz B.L. Orlandi. 2. ed., 5. reimp. São Paulo: Editora 34, 2024b.

GALLO, Sílvio. As múltiplas dimensões do aprender. *In*: CONGRESSO DE EDUCAÇÃO BÁSICA: APRENDIZAGEM E CURRÍCULO, 2012. **Anais [...]**. Florianópolis: Secretaria Municipal de Educação, 2012a. CD-ROM.

GALLO, Sílvio. Currículo em redes e educação menor. *In*: FERRAÇO, Carlos Eduardo; SOUZA, Letícia Regina; SILVA, Tamili Mardegan da. **Currículos em rede, composições temáticas e movimentos de resistência com os cotidianos escolares**. Curitiba: CRV, 2021. p. 17-41.

GALLO, Sílvio. Do currículo como máquina de subjetivação. *In*: FERRAÇO, Carlos Eduardo; CARVALHO, Janete Magalhães. **Currículos, pesquisas, conhecimentos e produção de subjetividades**. Petrópolis: DP et Alii. Vitória: Nupec/Ufes, 2012b. p. 135-313.

GALLO, Sílvio. Do currículo como máquina de subjetivação. *In*: FERRAÇO, Carlos Eduardo; CARVALHO, Janete Magalhães (org.). **Currículos, pesquisas, conhecimentos e produção de subjetividades**. Petrópolis: DP et Alii; Vitória: Nupec/Ufes, 2012. p. 203-217.

GALLO, Sílvio. Em torno de uma educação menor. **Educação & Realidade**, v. 27, n. 2, p. 169-178, 2002. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/25926/15194>. Acesso em: 24 mar. 2026.

GALLO, Sílvio. Em torno de uma educação menor. **Educação & Realidade**, v. 27, n. 2, p. 169-178, 2002. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/25926>. Acesso em: 1 maio 2026.

GALLO, Sílvio. Eu, o outro e tantos outros: educação, alteridade e filosofia da diferença. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL COTIDIANO: DIÁLOGOS SOBRE DIÁLOGOS, 2., 2008, Niterói. **Anais [...]**. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2008. p. 1-16.

GALLO, Sílvio. Transversalidade e educação: pensando uma educação não disciplinar. *In*: ALVES, Nilda; GARCIA, Regina Leite (org.). **O sentido da escola**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. p. 17-41.

GOMES, Larissa Ferreira Rodrigues. **Entre imagens cinema e imagens escola, movimentando o pensamento com a formação de professores**. 2015. 233 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015.

GOMES, Larissa Ferreira Rodrigues. **Redes de conversas e afetos como potencialidades para as práticas curriculares e para formação de professores na Educação Infantil**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2011.

GOMES, Larissa Ferreira Rodrigues; GOMES, Helder Januario da Silva; RANGEL, Sávio Pulcheira. Efeitos neoliberais e neoconservadores da BNCC na produção de subjetividades juvenis no Ensino Médio. **Revista Interterritórios**, v. 11, p. 1-30, 2025. DOI: <https://doi.org/10.51359/2525-7668.2025.267294>.

GOMES, Larissa Ferreira Rodrigues; GOMES, Helder Januário da Silva. De quem é o currículo? Problematizações por uma educação não soberana. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 55, p. 14-34, 2018. DOI: <https://doi.org/10.12957/teias.2018.36067>. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/36067>. Acesso em: 13 mar. 2026.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica**: cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 1996.

JÖNSSON, Christer; HALL, Martin. **Essence of diplomacy**. Printed and bound in Great Britain by Antony Rowe Ltd, Chippenham and Eastbourne. 2005. In. <https://www.rexresearch1.com/DiplomacyLibrary/EssenceDiplomacy.pdf> Acesso em: 14/04/2026.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**: curso dado no Collège de France (1978-1979). Edição estabelecida por Michel Senellart sob a direção de François Ewald e Alessandro Fontana. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**: curso dado no *Collège de France* (1977-1978). Tradução de Eduardo Brandão, revisão de tradução de Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Subjetividade e verdade**: curso no *Collège de France* (1980-1981). Tradução de Rosemary Costhek Abílio. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2016.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramalhete, 42. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

HARDT, Michael; NEGRI, Antônio. **Bem-estar comum**. Tradução de Clóvis Marques. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2016.

MARISTA CHAMPANGNAT TERRA VERMELHA. Guia de Orientação para a Realização da Simulação Internacional Marista (SIM) 2026. Vila Velha, 2026.

MARISTA CHAMPAGNAT TERRA VERMELHA. **Projeto Político-Pedagógico Pastoral Marista Champagnat Terra Vermelha**. Vila Velha, 2022.

MINI ONU PUC MINAS. **Questão ou moção.** Belo Horizonte – Minas Gerais. Disponível em: < <https://www.pucminas.br/minionu/Paginas/questao.aspx#questao> > Acesso em 14/04/2026.

MINI ONU PUC MINAS. **Guia de Comportamento.** Belo Horizonte – Minas Gerais. Disponível em: < <https://www.pucminas.br/minionu/Documents/guia-de-comportamento-minionu.pdf> > Acesso em 14/04/2026.

MINI ONU PUC MINAS. **Comitês.** Belo Horizonte – Minas Gerais. Disponível em: < <https://www.pucminas.br/minionu/Comites/Paginas/default.aspx#comites> > Acesso em 16/06/2026.

MORDENTE, Giuliana Volfzon. **Neoliberalismo escolar e processos de subjetivação:** como a educação “inovadora” opera? 2023. Tese (Doutorado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

MORDENTE, Giuliana Volfzon. **Sobre voos e gaiolas:** uma análise de processos de subjetivação em escolas democráticas. 2020. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

NAÇÕES UNIDAS. **Guia das Nações Unidas sobre o modelo das Nações Unidas.** Nova Iorque: Publicações Nações Unidas, 2020.

LINS, Daniel. *Mangue's school* ou por uma pedagogia rizomática. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 26, n. 93, p. 1229-1256, set./dez. 2005. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302005000400008>.

PELBART, Peter Pál. Biopolítica. **Sala Preta**, v. 7, p. 57-66, 2007. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2238-3867.v7i0p57-66>.

SIGI. **Guia de Regras V SiGI.** Publicação pelo Instagram Oficial do evento. 2018. Acesso 05 de agosto de 2018.



ANEXOS

ANEXO A

Exemplo de como montar um Guia de Estudos:

Como montar um Guia de Estudos para o Comitê: CSW – Commission on the Status of Women Comissão sobre a Condição da Mulher – ONU Mulheres - 2025

1) Como produzir uma apresentação e introdução?

- Nas primeiras páginas apresente os três mediadores do comitê, informe sobre sua série, quanto tempo estuda na escola, o interesse sobre o tema e a importância para sua vida e dos delegados que irão participar.
- Na introdução, apresente o que é o órgão **CSW – Commission on the Status of Women Comissão sobre a Condição da Mulher**. Explique a história de luta das mulheres por direitos na ONU, a participação de mulheres na organização.
- Informe quais são os principais problemas enfrentados pelas mulheres atualmente no mundo, diferentes tipos de violência, machismo estrutural, sociedades patriarcais e a luta e resistência por direitos.

2) Desenvolvimento e análise do tema debatido no Comitê:

- Explique o significado de feminismo. Desde os movimentos de mulheres nos séculos XVIII, XIX e XX. Com destaque pela luta das mulheres por direitos, participação na sociedade e protagonismo sócio-político;
- Identifique exemplos de personalidade femininas na sociedade mundial e brasileira, como Olympe de Gouges (Revolução Francesa), Mary Wollstonecraft (iluminismo), **Harriet Tubman (EUA)**, **Nísia Floresta (Brasil)**, **Elizabeth Cady Stanton (EUA)**,

Bertha Lutz (Brasil), Antonieta de Barros (Brasil), Angela Davis (EUA), Lélia Gonzalez (Brasil).

- Construa uma explicação sobre o que seria machismo institucional, práticas comuns existentes em instituições de estados, organizações públicas e privadas. Aborde os números da desigualdade de gênero no Brasil e no mundo, normas e práticas discriminatórias contra mulheres, discursos e representações, por fim, violência institucional.
- Apresente exemplos reais atuais de machismo institucional e o comportamento de instituições no Brasil e no Mundo sobre o tema.
- Apresente números de participação política de mulheres em cargos públicos em diferentes países no mundo. Dados também de mulheres que ocupam cargos de comando em instituições públicas e privadas (empresas).
- Identifique o que são políticas públicas de gênero, com ações que podem trazer melhor equidade e combater a violência contra a mulher. Pesquise sobre políticas públicas empregados e a situação de mulheres em Brasil, Alemanha, Irã e Catar.

3) Apresentação do Comitê e posição dos atores:

Países votantes:

Brasil

Índia

Alemanha

Rússia

Irã

Dinamarca

EUA

Iêmen

Paquistão

México

Panamá

Chile

Argentina

Ucrânia

Senegal

Marrocos

África do Sul

Japão

Bolívia

Canadá

Noruega

Suíça

Holanda

Arábia Saudita

Austrália

Nova Zelândia

Congo

Nigéria

Personalidade e organizações: (não votantes)

Taylor Swift

Érika Hilton

Madonna

Katy Perry

Lady Gaga

Anita

Black Feminist Fund

Casa da Mulher do

Nordeste

Global Fund For Women

LGBT Foundation

4) Questões relevantes e pautas para serem abordadas:

- Construa questões e pautas que precisam ser abordadas no comitê (mínimo 3, máximo 5).

5) Montagem e divulgação do Comitê:

- Montagem de um texto Resumo de como será o comitê;
- Montagem de um vídeo – 3 a 5 min. – explicando tema do comitê;
- Definição de figurinos do comitê;
- Definição organizado as posições de mesas e cadeiras no comitê.
- Elaborar uma lembrança para ser entregue aos delegados participantes no fim do comitê.
- Elaboração de uma rede social para divulgação do comitê com a participação obrigatória de todos os delegados participantes.

Referências:

Mulheres na política, sim senhor!. Disponível

em: <<https://www.cenpec.org.br/oficinas/mulheres-na-politica-sim-senhor>>.

Acesso em: 7 mai. 2024.

Violência política de gênero contra as mulheres: pretas, pardas, indígenas e LGBTQIAPN+. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/violencia-politica-de-genero-3/>>. Acesso em: 1 mai. 2024.

Lugar de mulher é na política. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/lugar-de-mulher-e-na-politica/>>. Acesso em: 7 mai. 2024.

Da caça às bruxas ao maio de 68: o corpo da mulher como terreno de luta.

Disponível em: <<https://movimentorevista.com.br/2018/06/da-caca-as-bruxas-ao-maio-de-68-o-corpo-da-mulher-como-terreno-de-luta/>>. Acesso em: 24 mai. 2024

“A caça às bruxas nunca terminou, mas as mulheres também nunca deixaram de resistir”, frisa feminista Silvia Federici. Disponível em:

<<https://www.geledes.org.br/caca-as-bruxas-nunca-terminou-mas-as-mulheres-tambem-nunca-deixaram-de-resistir-frisa-feminista-silvia-federici/>>. Acesso em: 20 mai. 2024

Silvia Federici: "Caça às bruxas não é uma questão apenas do passado".

Disponível em: <<https://revistamarieclaire.globo.com/Cultura/noticia/2019/10/silvia-federici-caca-bruxas-nao-e-uma-questao-apenas-do-passado.html>>. Acesso em: 20 mai. 2024

As políticas públicas de gênero: um modelo para armar: o caso do Brasil.

Disponível em: <<https://repositorio.cepal.org/entities/publication/3c9192ee-95f5-40f6-9be9-58ab5a2a4383>>. Acesso em: 25 mai. 2024

O livro explica como o medo do poder feminino levou a caça às “bruxas”.

Disponível em: <<https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/vitrine/historia-livro-mulheres-e-caca-bruxas.phtml>>. Acesso em: 18 mai. 2024

ANEXO B

Crise Comitê G20 – SIM 2025:

As taxações impostas pelos EUA geraram uma onda de taxações sobre produtos importados e exportados no mundo inteiro.

Assim o preço dos alimentos e produtos ficaram muito caro para os mais pobres. Isso aumentou a pobreza e miséria.

O comitê do G20 não está resolvendo esses problemas.

Um grupo de manifestante de países pobres exige o fim das taxações de importações e exportações de produtos agrícolas e manufaturados.

VOCÊS PRECISAM CRIAR PROPOSTAS:

- Resolver o problema de aumento de preços da comida no mundo;
- Impedir que os países do mundo criem disputas alfandegárias relacionadas as taxações de produtos importados e exportados.

ANEXO C

Exemplo de Documento de Posição Oficial (DPO)

Brasão oficial do país
ou selo do Ministério
das Relações Exteriores
(ou equivalente).

Nome oficial do país

Nome completo do delegado

Nome completo do comitê

Tema discutido pelo comitê

O documento de posição oficial (DPO) deve ser uma ferramenta a partir da qual os outros delegados possam entender o seu posicionamento dentro do comitê, o que auxilia nas negociações e na formação de alianças. A estrutura abaixo visa a auxiliar na escrita de um DPO completo e consistente, mas não há a necessidade de responder a todas as perguntas exemplificadas. O ideal é que o DPO contenha até uma página.

1º Parágrafo: Fale sobre o seu país. Qual sua localização geográfica? Quais os fatores históricos mais marcantes? Qual sua política externa de forma geral? Quais seriam os principais objetivos do seu país?

2º Parágrafo: Qual tem sido o posicionamento do seu país quanto ao tema debatido, no nível doméstico? Que políticas seu país implementou internamente com relação ao tópico debatido? Que desafios permanecem em seu país quanto a esse tema, e quanto aos quais você gostaria de contar com a ajuda de outros países?

3º Parágrafo: Qual tem sido o posicionamento do seu país quanto ao tema debatido, a nível regional ou internacional? Há acordos entre o seu país e outros que lidam com o tema debatido? Seu país tem cooperado para ajudar outros países quanto a esse tópico? Seu país discorda do posicionamento que tem sido adotado internacionalmente quanto ao tópico?

4º Parágrafo: Que recomendações o seu país tem a fazer quanto ao tópico debatido? O que o seu país gostaria de ver atingido na resolução final deste comitê? Pense nesta parte do seu documento de posição como sendo os objetivos que você tentará obter ao longo da simulação.

Assinatura do delegado, na versão impressa

Nome completo do Delegado.

ANEXO D

Exemplo de Proposta de Resolução:

A Sessão Especial Acerca do Uso Descomunal da Força e Repressão Violenta a Protestos pelos Agentes Responsáveis pela Aplicação da Lei do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas,

Lamentando os frequentes abusos de autoridade e haja vista o conflito no Sudão do Sul;

Lembrando que os direitos humanos devem ser preservados em todas as situações;

Ressaltando que todos os seres humanos podem invocar os direitos e as liberdades sem distinção alguma, nomeadamente de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política, de origem nacional ou social, de fortuna ou de qualquer outra situação.

1. Solicita uma reunião extraordinária do CSNU para que este determine uma interferência efetiva no conflito.
2. Exorta à ONU que envie os capacetes azuis para auxiliar na proteção da população e no envio de suprimentos.
3. Incentiva a OMS que envie especialistas, em conjunto a ONG's, para que garantam a manutenção da saúde tanto dos cidadãos do Sudão do Sul, quanto daqueles que vão ao país proporcionar auxílio.
4. Solicita ainda, auxílio especial aos membros da Cruz Vermelha presentes no local.
5. Recomenda-se que cada país defina seu sistema policial visando garantir sua autonomia e evitar intervenções de agentes externos.
6. Urge pelo envio de representantes do Subcomitê das Nações Unidas sobre Prevenção da Tortura (SPT) para que fiscalizem possíveis casos de abuso de autoridade.

Colaboradores da proposta de resolução: Brasil, Rússia.

Signatários: Estados Unidos da América, China, Coreia do Sul, França, Ucrânia, África do Sul, Quênia, Síria, Colômbia.



Programa de Pós-Graduação
Profissional em Educação - UFES

